



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Proposta de Curso Novo

Código da Proposta: 7935

Nome do programa: DIREITO E INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA

Área Básica: DIREITO

Nível(eis): Mestrado Acadêmico

IES: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - MA

Identificação da Instituição

Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Sigla: UFMA

Esfera Administrativa: Federal

Endereço: Av. dos Portugueses, s/n Campus do Bacanga

Bairro: Bacanga

Cidade: São Luís - MA

CEP: 65085-580

Telefone: (98) 3301-8700

Fax: (98) 3301-8702

E-mail Institucional: reitoria@ufma.br

Identificação da Proposta

Esta proposta corresponde a um curso novo vinculado a programa recomendado pela CAPES?

Não

Nome do Programa: DIREITO E INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA

Área Básica: DIREITO

Área Avaliação: DIREITO

Tem graduação na área ou área afim? Sim

Ano início da graduação: 1945

Nível

Nível	Situação	Histórico
Mestrado	Em Projeto	Nova proposta (Apresentado pela 1º vez)

Identificação dos Dirigentes

Reitor

Tipo Documento:CPF

Número:032.954.943-04

Nome:Natalino Salgado Filho

Telefone:(98) 3301-8003

E-mail Institucional:reitoria@ufma.br

Pró-Reitor

Tipo Documento:CPF

Número:148.075.133-20

Nome:Fernando Carvalho Filho

Telefone:(98) 3301-3701

E-mail Institucional:fcs@ufma.br

Coordenador

Tipo Documento:CPF

Número:375.890.753-53

Nome:Paulo Roberto Barbosa Ramos

Telefone:(98) 9902-1083

E-mail Institucional:paulorbr@ufma.br

Infraestrutura Administrativa e de Ensino e Pesquisa

Dispõe de:

Infraestrutura exclusiva para o programa?

Sim

Sala para docentes?

Sim - Quantas: 7

Sala para alunos equipadas com computadores?

Sim - Quantas: 1

Laboratório para pesquisa - recursos disponíveis:

O Programa conta com um laboratório próprio, no qual há 10 (dez) computadores, 02 (duas) impressoras conectadas em rede e 02 (dois) scanners. Em todos os equipamentos estão instalados softwares que garantem a execução dos trabalhos acadêmicos, além de conexão à internet. O prédio conta também com sala específica para a defesa de dissertações, climatizada, equipada com data show e televisor LCD de 50 polegadas, além de sistema de áudio e vídeo.

Biblioteca ligada a rede mundial de computadores?

Sim - Quantas: 5

Biblioteca:

Caracterização do acervo

Dados gerais (Número de livros, periódicos e áreas nas quais eles se concentram):

O acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão conta com 90.898 (noventa mil oitocentos e noventa e oito mil) títulos, correspondentes a 255.615 (duzentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e quinze) exemplares. Referente à literatura jurídica, estão disponíveis para consulta 3.091 (três mil e noventa e um) títulos, totalizando 11.405 (onze mil quatrocentos e cinco) exemplares.

Financiamentos:

Foi aberto processo de licitação para aquisição de 800 (oitocentos) títulos específicos para o Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições do Sistema de Justiça, correspondente a 2.400 (dois mil e quatrocentos) exemplares, além da aquisição de obras jurídicas diversas.

Informações Adicionais:

Os discentes do Programa de Pós-Graduação em Direito terão total acesso aos acervos dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Ciências Sociais, Cultura e Sociedade e Educação.

Caracterização da Proposta

Contextualização institucional e regional da proposta

Histórico da instituição proponente

A Universidade Federal do Maranhão tem sua origem na antiga Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, fundada em 1953, por iniciativa da Academia Maranhense de Letras, da Fundação Paulo Ramos e da Arquidiocese de São Luís. Embora inicialmente sua mantenedora fosse aquela Fundação, por força da Lei Estadual n.º 1.976, de 31 de dezembro de 1959, dela se desligou e, posteriormente, passou a integrar a Sociedade Maranhense de Cultura Superior- SOMACS, que fora criada em 29 de janeiro de 1956 com a finalidade de promover o desenvolvimento da cultura do Estado, inclusive criar uma Universidade Católica.

A Universidade então criada, fundada pela SOMACS em 18 de janeiro de 1958 e reconhecida como universidade livre pela União Federal em 22 de junho de 1961, através do Decreto n.º 50.832, denominou-se Universidade do Maranhão, sem a especificação de católica no seu nome, congregando a Faculdade de Filosofia, a Escola de Enfermagem São Francisco de Assis (1948), a Escola de Serviço Social (1953) e a Faculdade de Ciências Médicas (1958).

Posteriormente, o então Arcebispo de São Luís e Chanceler da Universidade, acolhendo sugestão do Ministério da Educação e Cultura, propôs ao Governo Federal a criação de uma Fundação oficial que passasse a manter a Universidade do Maranhão, agregando ainda a Faculdade de Direito, a Escola de Farmácia e Odontologia - instituições isoladas federais e a Faculdade de Ciências Econômicas - instituição isolada particular.

Assim foi instituída, pelo Governo Federal, nos termos da Lei n.º 5.152, de 21 de outubro de 1966 (alterada pelo Decreto Lei n.º 921, de 10 de outubro de 1969 e pela Lei n.º 5.928, de 29 de outubro de 1973), a Fundação Universidade do Maranhão - FUM, com a finalidade de implantar progressivamente a UFMA.

A administração da Fundação Universidade do Maranhão ficou a cargo de um Conselho Diretor, composto de seis membros titulares e dois suplentes, nomeados pelo Presidente da República, que entre si elegeram seu primeiro Presidente e Vice-Presidente.

O primeiro Conselho Diretor, a quem coube as providências preliminares da implantação da Universidade, foi assim constituído: Prof. Clodoaldo Cardoso, Presidente; Prof. Raymundo de Mattos Serrão, Vice-Presidente; Cônego José de Ribamar Carvalho, Prof. José Maria Cabral Marques, Dr. José Antonio Martins de Oliveira Itapary e Sr. Francisco Guimarães e Souza (substituído, por renúncia, pelo Prof. Orlando Lopes Medeiros) e suplentes Cônego Benedito Ewerton Costa e Prof. Joaquim Serra Costa.

O Decreto n.º 59.941, de 06 de janeiro de 1967, aprovou o Estatuto da Fundação, cuja criação se formalizou com a escritura pública de 27 de janeiro de 1967, registrada no cartório de notas do 1º Ofício de São Luís. Por fim, em lista tríplice votada pelo Conselho Universitário, foram eleitos, pelo Conselho Diretor, os primeiros dirigentes da nova Universidade, cuja posse se realizou no dia 01 de maio de 1967. Foram eles o Prof. Pedro Neiva de Santana, Reitor; o Prof. Mário Martins Meireles, Vice-Reitor Administrativo e o Cônego José de Ribamar Carvalho, Vice-Reitor Pedagógico, isso de conformidade com o projeto do Estatuto da Universidade, já aprovado pelo Conselho Diretor e posto em

execução, como norma provisória, até sua homologação e aprovação pelas autoridades competentes, o que só ocorreu em 13 de agosto de 1970 pelo Decreto Lei n.º 67.047 e Decreto n.º 67.048.

Em 14 de novembro de 1972, na gestão do Reitor Cônego José de Ribamar Carvalho, foi inaugurada a primeira unidade do Campus do Bacanga, o prédio Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Este foi o primeiro passo para a mudança definitiva dos cursos da universidade para o endereço atual.

A memória institucional é preservada a partir da conservação de bens históricos e de parte do patrimônio da UFMA junto ao Palácio Cristo Rei, sede da Reitoria. Neste prédio, datado de 1877, está catalogado e exposto de maneira permanente todo o acervo histórico da instituição. Além de ser um marco da arquitetura colonial em São Luís, o Palácio Cristo Rei é um espaço amplamente utilizado pela instituição, uma vez que nele se realizam lançamentos de obras dos docentes e eventos culturais e científicos.

Há mais de quatro décadas a Universidade Federal do Maranhão contribui de forma significativa para o desenvolvimento local e regional, formando profissionais nas diferentes áreas de conhecimento em nível de Graduação e Pós-Graduação, empreendendo pesquisas voltadas aos principais problemas do Estado e da região, desenvolvendo atividades de extensão abrangendo ações de organização social, de produção e inovações tecnológicas, de capacitação de recursos humanos e de valorização da cultura.

É notável a evolução e crescimento institucional, o que pode ser detectado a partir da análise evolutiva dos cursos de Pós-Graduação stricto sensu junto à UFMA. Vê-se, no quadro abaixo, quanto avançou a instituição na formação de mestres e doutores, considerando o número de cursos de Mestrado e Doutorado:

Pós-Graduação em Educação (Mestrado), implantada em 1988, apresentando atualmente conceito 3; Pós-Graduação em Políticas Públicas (Mestrado e doutorado), implantada em 1993 e 2001, respectivamente, apresentando atualmente conceito 6; Pós-Graduação em Química (Mestrado), implantada em 1995, apresentando atualmente o conceito 3; Pós-Graduação em Engenharia de Eletricidade (Mestrado e Doutorado), implantado em 1995 e 2007, respectivamente, apresentando atualmente conceito 4; Pós-Graduação em Saúde e Ambiente (Mestrado), implantada em 1996, apresentando atualmente conceito 3; Pós-Graduação em Ciências da Saúde (Mestrado), implantado em 1999, apresentando atualmente conceito 3; Pós-Graduação em Sustentabilidade de Ecossistemas (Mestrado), implantada em 2003, apresentado atualmente conceito 3; Pós-Graduação em Ciências Sociais (Mestrado e Doutorado), implantada em 2003 e 2010, apresentando atualmente conceito 4; Pós-Graduação em Saúde Materno-Infantil (Mestrado), implantada em 2005, apresentado atualmente conceito 3; Pós-Graduação em Física (Mestrado e Doutorado), implantada em 2005 e 2010, apresentando atualmente conceito 4; Pós-Graduação em Biodiversidade e Conservação (Mestrado), implantado em 2005, apresentado atualmente conceito 3; Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Mestrado e Doutorado), implantada em 2007 e 2009, apresentando atualmente conceito 4; Pós-Graduação em Odontologia (Mestrado), implantada em 2008, apresentando atualmente conceito 3; Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Mestrado), implantada em 2010, apresentando atualmente conceito 3; Pós-Graduação em Matemática (Mestrado), implantada em 2010, apresentando atualmente conceito 3; Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (Mestrado), implantada em 2010, apresentando atualmente conceito 3; Pós-Graduação em Ciência da Computação (Mestrado), implantada em 2010, apresentando atualmente conceito 3; Pós-Graduação em Energia e Ambiente (Mestrado), implantada em 2010, apresentado atualmente conceito 4; Pós-Graduação em História (Mestrado), implantado em 2010, apresentando atualmente conceito 3; Pós-Graduação em Enfermagem (Mestrado), implantado em 2010, apresentando atualmente conceito 3.

Vê-se que a maior parte dos cursos de Pós-Graduação stricto sensu foi criada a partir de 2007, o que demonstra claramente o interesse da gestão institucional em fomentar a pesquisa e o ensino em nível de Pós-Graduação. É esse comprometimento que sustenta a pretensão do curso de Mestrado em Direito.

Situação jurídica e fiscal da instituição proponente

A Universidade Federal do Maranhão é uma instituição oficial de ensino superior, pesquisa e extensão, estruturada sob a forma de fundação de direito público, mantida pela União, vinculada ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº 5.152, de 21 de outubro de 1966, e tem sede em São Luís, capital do Estado do Maranhão e inscrita sob o CNPJ nº 06.279.103/0001-19.

A UFMA oferece, em nível de Graduação, 35 cursos, distribuídos nas seguintes áreas do conhecimento:

Em Ciências Humanas: Artes, Filosofia, Geografia, História e Letras e Psicologia;

Na área de Ciências Sociais: Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Imobiliárias, Comunicação Social, Direito, História, Pedagogia, Serviço Social, Turismo e Ciências Sociais (Ciência Política, Sociologia e Antropologia);

Na área de Ciências Biológicas e da Saúde: Ciências Aquáticas, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina e Odontologia;

Na área de Ciências Exatas e Tecnologia: Ciência da Computação, Desenho Industrial, Engenharia Elétrica, Física, Matemática, Química e Química Industrial.

Aspectos demográficos, econômicos, culturais e educacionais do MA

Segundo o Censo IBGE 2010, o estado do Maranhão tem uma população de 6.569.683 habitantes, distribuída em 217 municípios, com 59,5% na área urbana e 40,5% na zona rural. Caracterizado em termos geográficos como o segundo maior estado do Nordeste, depois da Bahia. Localizado na parte norte da região, numa área de transição com a Amazônia que se manifesta numa grande diversidade de ecossistemas, constituindo um dos estados mais dinâmicos, mas também de maiores carências sociais do Brasil, segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão 2020, publicado pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – FIEMA em 2009, disponibilizado em sua página eletrônica.

Ainda de acordo com o estudo desenvolvido pela FIEMA, a economia do estado está estruturada em dois grandes eixos de desenvolvimento e integração, que englobam macro-cadeias produtivas de elevado dinamismo e modernização: o agronegócio de alimentos e energia, com destaque para a moderna produção da região sul, onde se expande a soja, o milho, a cana-de-açúcar e a pecuária; e o complexo minero-metalúrgico, concentrado na parte oeste e norte (São Luís) do estado. Esses dois eixos expressam e consolidam uma relativa diversidade econômico-social interna, concentrando o dinamismo nas microrregiões sul e sudoeste, e no eixo da ferrovia, além da capital, ponto de convergência e de suporte logístico da economia maranhense.

Mesmo tendo registrado um dinamismo diferenciado, nas últimas décadas, superior aos da economia brasileira e nordestina, o Maranhão continua sendo um dos estados mais pobres do Brasil, com uma das mais baixas rendas per capita, e precários indicadores sociais.

Muito embora essa situação de pobreza, o plano de desenvolvimento da FIEMA aponta que, entre 2000 e 2006, o desempenho da economia

maranhense apresenta uma trajetória persistente de crescimento, alternando anos de desempenho muito bons com anos apenas moderados, mas sempre acima das médias do Nordeste e do Brasil. Entre 2000 e 2006, o PIB estadual passa de R\$ 15,5 bilhões para R\$ 28,6 bilhões (a preços correntes), acumulando uma elevação real de 28,1% (contra 14,7% do Brasil e 18,9% do NE), e ampliando a participação em relação aos PIBs do Nordeste e Brasil.

Em relação ao setor serviços, os dados da FIEMA apontam que há maior participação relativa na economia maranhense (65%), havendo amplas possibilidades de continuar crescendo com a modernização de sua economia, o que possibilitará a expansão da oferta de serviços urbanos modernos nas áreas do turismo, tecnologia da informação, saúde, educação, finanças, logística, etc. O comércio externo, por sua vez, tem sido o carro-chefe da economia maranhense.

Seguindo os dados constantes do Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão 2020, pode-se afirmar que o Maranhão vem apresentando um dinamismo típico de país asiático, com as exportações crescendo 187% e as importações 385%, entre 2000 e 2007. Nesse período, as exportações saltaram de US\$ 758 milhões para US\$ 2,17 bilhões, enquanto que as importações passaram de US\$ 485 milhões para US\$ 2,35 bilhões. O fluxo de comércio em relação ao PIB avançou de 13,9%, em 2000, para 33,2%, em 2007, apontando perspectivas promissoras para o Maranhão. No Maranhão, continua a FIEMA, o fluxo de comércio em relação ao PIB avançou de 13,9%, em 2000, para 33,2%, em 2007, apontando perspectivas promissoras, uma vez que uma de suas vantagens competitivas reside na oferta da infra-estrutura portuária diferenciada do porto de Itaqui, cujo movimento vem crescendo forte, ano após ano, com a modalidade de embarque superando largamente o desembarque.

Sendo assim, o processo combinado de crescimento e modernização econômica foi acompanhado de uma forte reorganização do território do estado, com a dinamização das regiões sul e sudoeste maranhenses. A ampliação da infra-estrutura e a expansão das novas atividades agropecuárias e metalúrgicas se concentraram, sobretudo, no eixo Balsas/Estreito/Imperatriz/Açailândia, e sua área de influência. Em termos municipais, apenas cinco municípios: São Luís, Imperatriz, Balsas, Açailândia e Caxias respondem por 53,8% do PIB maranhense – os 212 restantes representam 46,2% do PIB (com menos de 1% cada). Registra-se também que a concentração econômica acompanha e realimenta a concentração demográfica. Com efeito, em 2006, São Luís concentrava 36,9% do PIB e 15,6% da população maranhense.

A convergência da logística e infra-estrutura para o porto de Itaqui, aliada ao fato de ser a capital e contar com maior densidade de recursos humanos, centros de ensino e mão-de-obra qualificada, tornam São Luís o grupo mais importante da economia maranhense.

Segundo a pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, o PIB per capita maranhense experimentou um crescimento apenas modesto no período, mantendo-se na penúltima colocação entre os estados brasileiros, superando apenas o Piauí, em 2006. O fato é que o efeito da forte expansão da economia foi parcialmente anulado pela expansão demográfica, igualmente forte. De um modo geral, os indicadores sociais continuam muito baixos e, na maior parte, inferiores à média do Nordeste, configurando um quadro de pobreza crônica e generalizada, a despeito de alguns avanços sociais localizados.

De acordo com o Diagnóstico para Implantação do Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas no Maranhão – PPDMA, publicado em 2011, no que diz respeito à educação, a taxa de analfabetismo da população maranhense com 15 anos de idade e mais, se reduziu de 28,4%, em 2000, para 19,1%, em 2009, situação que se aproxima do Nordeste, com 18,7%, porém bem abaixo da média nacional de 9,7%. Portanto, pode ser considerada uma das mais altas do país.

Segundo este estudo, realizado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão, em relação à educação superior, houve um aumento do número de instituições, de 3 em 1991, 29 em 2008, e, em 2010, de 35 instituições universitárias credenciadas que oferecem cursos de graduação, tecnologia, extensão e pós-graduação, em sua maioria cursos à distância. Entretanto, tal taxa ainda é muito incipiente considerando as necessidades de um estado com tais indicadores sociais.

Muito embora o Maranhão tenha apresentado nos últimos anos um bom desenvolvimento na economia, este fato não provocou uma modificação no seu quadro social, especialmente por conta da baixa escolaridade de sua população, o que limita o desenvolvimento do estado. Sendo assim, A aprovação da criação de um Programa de Pós-Graduação em Direito, no Maranhão, muito contribuirá para o desenvolvimento do estado, especialmente quando se tem em conta que os profissionais da área jurídica serão preparados para uma pesquisa responsável, tendo em vista o aprimoramento das instituições do sistema de justiça, as quais têm tido no Maranhão um postura conservadora e patrimonialista, representando uma forte trava à garantia dos direitos básicos dos cidadãos.

Vale ressaltar que atualmente o estado do Maranhão possui dezessete cursos de direito, sendo onze em São Luís, dois em Imperatriz, um em Balsas, um em Caxias, um em Bacabal e outro em Timon, sem a possibilidade de ter uma formação mais consistente, em especial por não ter o corpo docente qualificação técnica adequada para consolidar uma tradição no ensino e na pesquisa jurídica no estado.

Justificativa, impacto e relevância institucional do projeto

Com o objetivo principal de ampliar e aprofundar a formação jurídico-científica dos docentes e de novos bacharéis investigadores, de modo a aperfeiçoar o ensino, estimular e avançar na pesquisa jurídica, além de formar e envolver advogados, juizes, promotores, defensores e delegados com a construção de um sistema de justiça eficiente e justo, quer dizer, capaz de garantir os direitos humanos fundamentais dos cidadãos no Estado do Maranhão, por meio do conhecimento efetivo das instituições do sistema de justiça, de sua dinâmica e capacidade transformadora, o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Maranhão pretende exercer papel relevante em todas as instituições jurídicas do estado, tanto mais diante dos novos desafios postos ao sistema de justiça pelo processo de globalização, pela criação de conselhos nacionais, pela maior conscientização dos cidadãos e pelo processo de industrialização que ora se inicia no estado do Maranhão.

Para alcançar esse objetivo, buscou-se agregar os professores doutores da Universidade Federal do Maranhão e, muito especialmente, os do Departamento de Direito, em torno de um projeto comum, ao tempo em que se tem articulado uma estratégia de produção teórica focada em uma temática, considerando a única linha de pesquisa escolhida, no caso Direito e instituições do sistema de justiça, pertinente diante das mudanças de paradigmas pelos quais vêm passando essas instituições, não somente por conta da criação dos Conselhos do sistema de justiça, como também diante dos grandes desafios trazidos por uma sociedade globalizada e de cidadãos cada vez mais conscientes, os quais têm reagido, de modo muito acertado, diante de instituições arcaicas e patrimonialistas, as quais, por meio dos seus operadores, não raras vezes, entendem o locus sistema de justiça como espaço para assegurar privilégios aos seus próprios integrantes.

Refletir criticamente sobre um contexto social e suas instituições, as quais têm grande dificuldade de consolidar o projeto traçado pela Constituição de 1988 e os comandos infraconstitucionais dela decorrentes, sem considerar o contexto internacional atual, apresenta-se como um desafio importante para contribuir com o processo de desenvolvimento do estado do Maranhão, o qual apresenta os piores indicadores sociais do Brasil, reflexo do precário e conservador funcionamento de suas instituições, notadamente as do sistema de justiça.

O Programa de Mestrado em Direito da Universidade Federal do Maranhão pretende contribuir, portanto, para o rompimento de posturas patrimonialistas existentes nas instituições do sistema de justiça do Estado do Maranhão, valorizando o mérito, por meio do estímulo a atitudes críticas e comprometidas com o processo de democracia constitucional, através de um programa de estudos e pesquisas encadeado e atento

aos resultados a serem alcançados, como forma de tornar facilmente identificáveis os discentes e titulados no curso através de uma atitude teórica e prática de viés resolutivo diante dos obstáculos apresentados pela funcionalidade tradicional das próprias instituições as quais pertencem e que, frequentemente, adotam práticas anacrônicas diante dos desafios sociais da modernidade.

Como primeira demonstração da unidade, mesmo observada a diversidade de enfoques, foi criada a Revista do Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão como forma de estimular os docentes a pensarem, sob vários ângulos, uma mesma temática de maneira a garantir a verticalização dos estudos e a percepção do enorme potencial de temas que podem ser explorados e investigados a partir da proposta de mestrado, qual seja, DIREITO E INSTITUIÇÕES DO SISTEMA DE JUSTIÇA, linha de pesquisa agregadora de todos os professores doutores, não somente por tudo o que já se expôs, mas também pelo fato de a maioria dos docentes integrar as várias instituições que formam o sistema de justiça do estado do Maranhão.

Por outro lado, mesmo não pertencendo ao Departamento de Direito, professores de Psicologia, Letras e Ciências Sociais possuem como alvo de suas preocupações estudos sobre o papel dos atores do sistema de justiça, a linguagem e o discurso de poder nessas instituições, bem como as metodologias que podem ser utilizadas para o desenvolvimento de uma adequada pesquisa jurídica.

Os projetos de pesquisa em andamento no Departamento de Direito dão conta do efetivo comprometimento do quadro docente com a área de concentração escolhida mediante consenso, a qual possui uma única linha de pesquisa, qual seja, Direito e instituições do sistema de justiça. Ademais, as próprias disciplinas elaboradas foram discutidas em grupo, oportunidade em que foram estruturadas referências com grande afinidade e conteúdos temáticos complementares e inter-relacionados, tendo em vista a formação de um perfil de mestres, considerando a finalidade do próprio Programa de Pós-Graduação que se quer ver implantado.

Assim, buscar compreender a origem, a natureza e a finalidade de cada uma das instituições do sistema de justiça e discutir as relações que estabelecem entre si significa não somente compreender as relações de poder que se dão na sociedade maranhense, como também, contribuir, a partir das pesquisas a serem realizadas, para desmistificar comportamentos e posturas ultrapassadas e, com isso, implementar no Maranhão um legítimo Estado Democrático e republicano, capaz de assegurar, por meio do correto funcionamento do sistema de justiça, os direitos elementares dos cidadãos, condição essencial para o desenvolvimento de toda a sociedade.

Tendo em consideração essa preocupação, o Mestrado em Direito terá como disciplinas obrigatórias, as seguintes: Histórias das instituições do sistema de justiça; Sistemas de justiça e desenvolvimento e Metodologia das ciências sociais.

A primeira objetiva promover uma ampla discussão sobre o lugar das instituições do sistema de justiça na história política, social, econômica e cultural brasileira, de modo a compreender a funcionalidade dessas instituições e o papel de seus operadores.

A segunda pretende visualizar as instituições do sistema de justiça como condição essencial para o processo de desenvolvimento, desde que os seus atores estejam comprometidos efetivamente com o projeto constitucional, quer dizer, com o impacto e responsabilidade de suas decisões, e as instituições tenham compromisso real com a garantia da dignidade da pessoa humana.

Já a terceira objetiva inserir o mestrando em um contexto de crítica do conhecimento científico, buscando compreender o papel da ciência para o adequado entendimento da realidade social, de modo a contribuir para a sua transformação, tendo como objetivo a liberdade do ser humano. Para isso, pretende preparar o mestrando para desenvolver com competência as suas investigações na área do direito.

As demais disciplinas terão caráter optativo do núcleo de concentração, tais como: Hermenêutica e jurisdição constitucional; Democracia e instituições do sistema de justiça eleitoral; Psicologia aplicada ao direito e à justiça; Linguagem, discurso e instituições do sistema de justiça; Teoria do direito político; Interpretação e sistema judiciário e político e Instituições do sistema de justiça e ordem social, ou serão optativas do núcleo complementar, como as disciplinas: Questões sensíveis ao sistema de justiça trabalhista; Sistema de justiça internacional e direitos humanos; Advocacia como instituição do sistema de justiça; Controle administrativo e judicial das relações tributárias e Poder Judiciário estadual.

As disciplinas dos núcleos de concentração e complementar deverão ser cursadas de acordo com a pesquisa desenvolvida por cada mestrando, a qual poderá estar diretamente ligada a uma instituição, à análise de uma política do sistema de justiça ou ainda, dentre tantas outras possibilidades, à análise do discurso de poder em uma das instituições que formam o sistema.

Ademais, importa ressaltar que o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Maranhão contribuirá para a titulação de todo o seu quadro docente, na medida em que 17 (dezessete) professores, de um total de 43 (quarenta e três), não possuem o título de mestre em direito, especialmente em razão de não haver no Estado do Maranhão um programa específico de Pós-Graduação stricto sensu em Direito.

A titulação do quadro docente não somente contribuirá para o aprimoramento dos professores como repercutirá de modo muito positivo na Graduação. Por outro lado, o envolvimento de todos os professores doutores com uma mesma temática permitirá a consolidação de uma real cultura acadêmica e uma constante produção científica, tornando o espaço do curso de Direito atraente para os jovens e fonte constante de oxigênio para as instituições do sistema de justiça, uma vez que serão alvo constante de reflexões, das quais poderão se aproveitar para avançar no seu real compromisso de garantir o Estado Democrático de Direito.

Cabe registrar que a construção da presente proposta de Mestrado encontra o seu embrião nos núcleos de pesquisa da Universidade Federal do Maranhão, destacando-se o PET (Programa de Educação Tutorial), o qual está em funcionamento desde 1992, e o NEDC (Núcleo de Estudos de Direito Constitucional), o qual se encontra em funcionamento desde 1998, congregando atualmente 06 (seis) professores doutores. Ao lado desses núcleos, outros foram criados mais recentemente, como o NEDH (Núcleo de Estudos de Direitos Humanos), NEDISA (Núcleo de Estudos de Direito Sanitário), NPC (Núcleo de Direito Processual Contemporâneo), NEDD (Núcleo de Estudos em Direito e Desenvolvimento), NEDT (Núcleo de Estudos de Direito do Trabalho), sem contar o NEA (Núcleo de Estudos de Direito Ambiental), um pouco mais antigo, o que reflete o incremento da titulação dos professores do Departamento.

Os núcleos de pesquisa possibilitam o envolvimento de muitos alunos da Graduação com a pesquisa, na medida em que além de terem orientadores qualificados, possuem bolsas. De 2008 a 2011, o número de bolsas do PIBIC no curso de Direito evoluíram de 06 (seis) para 12 (doze), sem contar as 12 (doze) bolsas do PET, reflexo direto do engajamento dos professores doutores com a pesquisa na qualificação docente, que evoluiu de 01 (um) doutor, em 2001, para 10 (dez) doutores, em 2011, sem contar com 02 (dois) outros que se encontram lotados em Imperatriz, segunda maior cidade do Estado do Maranhão. Ademais, a qualificação docente e a criação de núcleos de pesquisa têm estimulado recém-graduados a ingressarem em cursos de mestrado, a exemplo de Amanda da Silva Madureira (2009/UFSC, do PET), Stéfano Cunha Araújo (2009/UNB, do NEDC), Thiago Allisson Cardoso de Jesus (2009/UFMA, do PET), Saulo Carneiro de Oliveira (2010/UEMA, do PET), Jorge Alberto Serejo (2010/UEMA, do PET), Marcelo Soares Castro (2011/PUC/SP, do PET), entre outros.

Não se pode olvidar que o PET vem tendo como linha de pesquisa, desde 2007, a temática geral Direitos Humanos, com destaque para a linha Efetividade e tutela dos direitos fundamentais e que o Núcleo de Estudos de Direito Constitucional vem desenvolvendo pesquisas sobre o Controle de constitucionalidade no Estado do Maranhão, além de pesquisa sobre Direitos Humanos e Envelhecimento, com destaque para a atuação do Ministério Público Estadual. Além disso, periodicamente são realizados simpósios, seminários e congressos, de âmbito local, regional, nacional e internacional, para discutir especialmente a atuação do Estado na defesa dos direitos fundamentais. Para 2011, o Núcleo de Estudos de Direito Constitucional realizará o 4º Congresso Brasileiro de Direito Constitucional e o 1º Congresso Internacional de Direito

Constitucional para discutir o Federalismo no mundo globalizado, o qual terá como pano de fundo o papel dos Estados-membros no equilíbrio federativo e a responsabilidade da Federação no resguardo dos direitos essenciais da pessoa humana.

Todos esses fatores demonstram a existência de um ambiente acadêmico frutífero, que pode ser otimizado com a implantação do Mestrado em Direito, uma vez que vários pesquisadores não mais precisarão sair do estado para desenvolver estudos avançados e pesquisas em outras instituições.

Passado, presente e futuro do curso de Direito da UFMA

O Curso de Direito foi criado com a fundação da Faculdade de Direito do Maranhão, em 28 de abril de 1918, resultado do esforço conjugado dos professores Domingos Castro Perdigão - então Diretor da Biblioteca Pública do Estado - e Manoel Fran Paxeco - Cônsul de Portugal no Maranhão.

Em 1942, a Faculdade foi fechada por determinação da Diretoria do Ensino Superior que dispunha de poder político de fechar todas as faculdades que não auferiam renda própria para subsidiar e ministrar o ensino sem sacrifício dos professores.

A Faculdade de Direito do Maranhão, bem como a de Farmácia e Odontologia viviam à custa de subvenções dos Governos Federal, Estadual e Municipal, ajudas incertas e insuficientes.

As faculdades apelaram ao então Interventor Federal no Maranhão, Paulo Martins de Sousa Ramos, que tudo fez para a reabertura das duas Faculdades. Por Lei Estadual foi criada a Fundação Paulo Ramos com o propósito de manter os cursos superiores no Maranhão, notadamente uma Faculdade de Direito e uma Faculdade de Farmácia e Odontologia. Assim, a Fundação Paulo Ramos foi criada em 1944, com um patrimônio cuja renda era bastante para a manutenção das mencionadas faculdades. A Fundação Paulo Ramos custeou as duas faculdades até a sua federalização, pela Lei nº 1.254, de 04 de dezembro de 1950.

Com a federalização, e como estabelecimento isolado de ensino superior, a Faculdade de Direito passou a integrar o quadro de estabelecimentos de ensino superior, mantidos e subordinados diretamente ao Ministério da Educação e Cultura.

Portanto, o Curso de Direito foi autorizado a funcionar pelo Decreto nº 17.558, de 10 de janeiro de 1945, e reconhecido, posteriormente, pelo Decreto nº 24.135, de 28 de novembro de 1947.

A Faculdade de Direito foi integrada à Fundação Universidade do Maranhão pela Lei nº 5.152, de 26 de outubro de 1966, mantenedora da Universidade Federal do Maranhão.

Como se percebe, o curso de Direito da hoje Universidade Federal do Maranhão possui mais de 90 anos de existência, portanto quase o dobro da idade da instituição que hoje o abriga.

Faz-se necessário, entretanto, diante dos novos desafios do direito, formar um corpo docente cada vez mais comprometido com a pesquisa e extensão, razão pela qual se torna absolutamente prioritário possibilitar a qualificação de todo o seu quadro de professores em nível de Pós-Graduação .

Nesses mais de 90 anos, o curso de Direito somente disponibilizou três cursos de Especialização, dois dentro de um projeto intitulado Programa de Estudos Avançados em Ciências Jurídicas, os quais foram desenvolvidos na década de 80, quais sejam: Curso de Especialização em Ciências Jurídicas, aprovado pela resolução 05/81 - CONSEPE, o qual formou três turmas (11 de agosto de 1980 a 30 de junho de 1982; 16 de agosto de 1982 a 07 de julho de 1983 e de 20 de março de 1983 a 20 de fevereiro de 1984) e Curso de Especialização em Semiologia Política com ênfase em Direito, Democracia e Constituição, aprovado pela Resolução 13/86 do CONSEPE, o qual formou uma turma (30 de junho de 1986 a 15 de agosto de 1987), e um em Direito Eleitoral, aprovado pela Resolução nº 698/2009 - CONSEPE, e realizado em convênio com o Tribunal Regional Eleitoral, tendo início em janeiro de 2010 e se encontrando atualmente em fase de defesa de monografias.

No início do século XXI, com a realização de novos concursos públicos e a capacitação de novos professores, o curso de Direito despertou, em parte, para a pesquisa e extensão, tanto que foi criado o Núcleo de Estudos de Direito Constitucional, o qual já promoveu inúmeros congressos, sendo três deles de âmbito nacional (I Congresso Brasileiro de Direito Constitucional - Direitos Fundamentais e Democracia no mundo globalizado, de 22 a 24 de agosto de 2005; II Congresso Brasileiro de Direito Constitucional - 19 anos de Constituição Federal: compromissos e perspectivas, de 29 a 31 de outubro de 2007 e III Congresso Brasileiro de Direito Constitucional: tendências do Direito Constitucional no século XXI: globalização e meio ambiente, de 17 a 19 de março de 2010), como dele brotaram inúmeras pesquisas apoiadas pelas principais instituições de fomento do país.

No mesmo passo, surgiram outros núcleos de pesquisa, como o Núcleo de Estudos de Direitos Humanos e o Núcleo de Estudos em Direito e Desenvolvimento. Todos estes grupos de pesquisa estão devidamente inscritos no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, são coordenados por professores doutores e a produção é constante.

Tem-se ainda uma situação sui generis no curso de Direito da UFMA, tal seja a existência do Programa Educação Tutorial (PET) sem que haja curso de Mestrado. Sabendo-se que a função essencial do PET é iniciar o aluno de Graduação em atividades de pesquisa e prepará-lo para a docência, é fundamental associar a experiência do PET Direito da UFMA a um programa de Pós-Graduação stricto sensu. Essa associação tanto é necessária, que ficou demonstrado no item anterior que inúmeros ex-alunos pesquisadores buscaram Programas de Mestrado assim que encerraram a sua Graduação.

Outro dado que demonstra claramente a vinculação do corpo docente do curso de Direito com a pesquisa é o demonstrativo de trabalhos de orientação em iniciação científica. O Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) é realidade junto ao curso, uma vez que há demanda crescente de orientadores e bolsistas de iniciação científica. Ressalte-se ainda que a UFMA também fomenta de maneira direta esta atividade, uma vez que as bolsas de iniciação científica se dão em três modalidades, a saber: bolsas CNPq, bolsas UFMA e bolsas FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão). Tem-se abaixo um demonstrativo da inserção da iniciação científica junto ao curso:

Bolsas PIBIC cota 2010/2011:

Bolsista Marlla Aquino Mendes, orientada pelo Professor Doutor Claudio Alberto Gabriel Guimarães (Direito); Bolsista Quezia Jemima Custódio Neto da Silva, orientada pelo Professor Doutor Claudio Alberto Gabriel Guimarães (Direito); Bolsista Luis Pedro Oliveira Santos Rodrigues, orientado pelo Professor Doutor Ney de Barros Bello Filho (Direito); Bolsista Jorge Luís Ribeiro Filho, orientado pelo Professor Doutor Professor Paulo Roberto Barbosa Ramos (Direito); Bolsista Diogo Diniz Lima, orientado pelo Professor Doutor Paulo Roberto Barbosa Ramos (Direito); Bolsista Amanda Gomes Leite, orientada pelo Professor Doutor Weliton de Sousa Carvalho (Direito); Bolsista Ana Paula da Silva Ribeiro, orientada pelo Professor Doutor Weliton de Sousa Carvalho (Direito); Bolsista Érika Dias Oliveira, orientada pelo Professor Doutor Weliton de Sousa Carvalho (Direito); Bolsista Janneyde Vasconcelos Nascimento, orientada pelo Professor Doutor Weliton de Sousa Carvalho (Direito); Bolsista Tarsílio Farias da Silva Maia, orientada pelo Professor Doutor Weliton de Sousa Carvalho (Direito);

Bolsas PIBIC cota 2009/2010:

Bolsista Marlla Aquino Mendes, orientada pelo Professor Doutor Claudio Alberto Gabriel Guimarães (Direito); Bolsista Quezia Jemima Custódio Neto da Silva, orientada pelo Professor Doutor Claudio Alberto Gabriel Guimarães (Direito); Bolsista Luis Pedro Oliveira Santos Rodrigues, orientado pelo Professor Doutor Ney de Barros Bello Filho (Direito); Bolsista Jorge Luís Ribeiro Filho, orientado pelo Professor Doutor Professor Paulo Roberto Barbosa Ramos (Direito); Bolsista Diogo Diniz Lima, orientado pelo Professor Doutor Paulo Roberto Barbosa Ramos (Direito); Bolsista Amanda Gomes Leite, orientada pelo Professor Doutor Weliton de Sousa Carvalho (Direito); Bolsista Ana Paula da Silva Ribeiro, orientada pelo Professor Doutor Weliton de Sousa Carvalho (Direito); Bolsista Érika Dias Oliveira, orientada pelo Professor Doutor Weliton de Sousa Carvalho (Direito); Bolsista Janneyde Vasconcelos Nascimento, orientada pelo Professor Doutor Weliton de Sousa Carvalho (Direito); Bolsista Tarsílio Farias da Silva Maia, orientada pelo Professor Doutor Weliton de Sousa Carvalho (Direito);

Bolsista PIBIC cota 2009/2010:

Bolsista Anderson Flavio Lindoso Santana, orientado pelo Professor Mestre Alexandre Reis Siqueira Freire (Direito); Bolsista Emily Monique Bezerra Prigseck, orientada pelo Professor Doutor Cássius Guimarães Chai (Direito); Bolsista Gabriela Fonteneles Silva, orientada pelo Professor Doutor Cássius Guimarães Chai (Direito); Bolsista Karoline Silva Costa, orientada pelo Professor Doutor Cássius Guimarães Chai (Direito); Bolsista Tayane Monteiro Romeu, orientada pelo Professor Doutor Cássius Guimarães Chai (Direito); Bolsista Vanessa Gomes Fernandes da Silva, orientada pelo Professor Doutor Cássius Guimarães Chai (Direito); Bolsista Matheus Carneiro Lima, orientada pelo Professor Doutor Ney de Barros Bello Filho (Direito); Bolsista Jorge Luis Ribeiro Filho, orientado pelo Professor Doutor Paulo Roberto Barbosa Ramos (Direito); Bolsista Igor Manuel Martins Bezerra, orientado pelo Professor Doutor Paulo Roberto Barbosa Ramos (Direito); Bolsista Francisco Leonardo Silva Junior, orientado pelo Professor Mestre Alexandre Reis Siqueira Freire (Direito);

Bolsas PIBIC cota 2008/2009:

Bolsista Alan Jefferson Lima de Moraes, orientado pelo Professor Doutor Paulo Roberto Barbosa Ramos (Direito); Bolsista Emily Monique Bezerra Prigseck, orientada pelo Professor Doutor Cássius Guimarães Chai (Direito); Bolsista Thiago Allisson Cardoso de Jesus, orientado pelo Professor Doutor Paulo Roberto Barbosa Ramos (Direito); Bolsista Fernanda Arruda Leda Leite, orientada pelo Professor Mestre Antonio Coelho Soares Junior (Direito).

Como se percebe, o curso tem avançado no envolvimento com a pesquisa. Este envolvimento certamente não é maior em razão da ausência de um programa de Pós-Graduação em sentido estrito, uma vez que bolsistas de iniciação científica muito provavelmente seguiriam a carreira acadêmica se houvesse a oportunidade de cursar um Mestrado em Direito, programa ausente na instituição. Além disso, é necessário estimular os professores doutores à continuidade das atividades de pesquisa iniciadas na Graduação.

Ressalta-se que o curso ainda precisa qualificar mais 17 (dezessete) dos seus atuais docentes que possuem tão-somente Especialização ou Graduação e oportunizar aos operadores jurídicos estudos avançados, de modo a que tenham uma visão mais eficiente do sistema de justiça.

Por outro lado, é preciso destacar que, atualmente, existem apenas quatro cursos de Pós-Graduação stricto sensu oferecidos pelo Centro de Ciências Sociais, dentro do qual o curso de Direito se encontra inserido, Políticas Públicas, nível: mestrado e doutorado; Educação, nível: mestrado; Ciências Econômicas, nível: mestrado e Ciências Sociais, nível: mestrado e doutorado. A capacitação de profissionais na área de jurídica tem sido difícil e lenta e, por conta disso, muito aquém do esperado pela comunidade acadêmica e pela sociedade em geral.

Muitos docentes das regiões Norte e Nordeste, especialmente dos estados menos desenvolvidos, devido à escassez e, mesmo, à ausência de programas de Pós-Graduação, buscam realizar sua capacitação nos grandes centros onde referidos cursos se concentram. Em sendo o Maranhão um dos estados mais pobres da federação, essa realidade é vivenciada de modo dramático.

A consequência imediata desse contexto é um quadro de professores carente de aperfeiçoamento, o que, por seu turno, desencadeia uma série de problemas, tais como: mínima produtividade do ensino e, sobretudo, da pesquisa e da extensão, uma vez que a aprovação e o financiamento destes projetos estão ligados também à titulação dos professores e, portanto, à capacitação dos docentes que os coordenam; dificuldade de se desenvolver um programa de Pós-Graduação stricto sensu e, nessa perspectiva, de atender às demandas dos alunos egressos e da sociedade como um todo.

Por fim, vale ressaltar que apesar de não possuir uma engrenagem completa de Pós-Graduação, o curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão, apesar das dificuldades históricas das instituições públicas, demonstra preocupação permanente com a Graduação, razão pela qual os seus egressos são muito bem sucedidos nos exames da OAB e em concursos para instituições públicas. No caso da OAB, os últimos resultados dão conta de que o curso de Direito da UFMA sempre teve no Maranhão o maior percentual de aprovados (2009.2: 39,29% de aproveitamento dos inscritos do curso; 2009.3: 56,00% de aproveitamento dos inscritos do curso e em 2010/3: 40,35% de aproveitamento dos inscritos do curso). Se comparado com os índices de aprovação dos demais cursos, percebe-se que o curso de Direito da UFMA possui um percentual de aprovação quase três vezes maior que o 2º colocado.

Histórico do curso

Esta proposta nunca foi submetida à avaliação da CAPES, razão pela qual não há histórico a ser aqui descrito.

Cooperação e intercâmbio

A Universidade Federal do Maranhão, com amparo na Lei nº. 8.666/93 e visando desenvolver atividades acadêmicas, culturais e científicas em conjunto com a Universidade de Granada, firmou, no dia 02 de fevereiro de 2008, convênio com a referida instituição, tendo duração de dois anos, automaticamente renováveis, contatos a partir da data de assinatura e publicado no Diário Oficial da União no dia 06 de fevereiro de 2009. Essa parceria pretende incentivar a troca de conhecimentos por meio do intercâmbio entre alunos, pesquisadores e professores de ambas as instituições, fomentando a publicação conjunta de livros e a inclusão de trabalhos da Universidade Federal do Maranhão em revistas especializadas da Universidade de Granada e vice-versa. A troca de experiências se concretiza de forma ainda mais palpável na permuta entre professores, que poderão ensinar na universidade parceira durante prazo determinado.

Ressalta-se que essa cooperação institucional já se manifesta com a participação do professor doutor Paulo Roberto Barbosa Ramos, da

Universidade Federal do Maranhão, em estágio pós-doutoral de outubro de 2010 a março de 2011 no Departamento de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade de Granada, e na dos professores doutores Francisco Balaguer Callejón e José Maria Porrás Ramirez, da referida academia, no 4º Congresso Brasileiro de Direito Constitucional e no 1º Congresso Internacional de Direito Constitucional, a se realizar simultaneamente nos dias 16, 17 e 18 de novembro de 2011, na cidade de São Luís-MA, promovidos pela Universidade Federal do Maranhão. Tais professores integrarão o livro Federalismo e descentralização territorial em perspectiva comparada, a ser elaborado com a mesma temática dos congressos, com os artigos: Federalismo e integração supranacional. As funções do Direito Constitucional e os processos de integração supranacional no contexto de globalização (Prof. Dr. Francisco Balaguer Callejón) e La forma de gobierno de la Unión Europea: Un modelo en transición? (Prof. Dr. José Maria Porrás Ramirez). Também comporão a revista jurídico-acadêmica do Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão com os seguintes artigos: Derecho y Justicia en el ordenamiento constitucional europeo (Prof. Dr. Francisco Balaguer Callejón) e Diversidad religiosa-cultural, laicidad y educacion, La experiencia española (Prof. Dr. José Maria Porrás Ramirez).

Por fim, vale ressaltar que, após o período de estágio pós-doutoral do Professor Doutor Paulo Roberto Barbosa Ramos, o acadêmico Diogo Diniz Lima, integrante do Núcleo de Estudos de Direito Constitucional, foi admitido no Departamento de Direito Constitucional da Universidade de Granada sob orientação do Professor Doutor José María Porrás Ramirez para período de três meses de pesquisa, com suporte da Fundación Carolina, que lhe concedeu passagens aéreas, seguro-saúde e bolsa de estudo. No processo de seleção, no qual concorreram pesquisadores de toda a América Latina e com todos os níveis de titulação, apenas dois brasileiros foram selecionados, somente o citado graduando na área jurídica.

Associação de IES

Tipo:	Descrição complementar:
Nenhum	

Áreas de Concentração

Nome:	Descrição:
Direito e instituições do sistema de justiça	Almeja-se, através da área de concentração Direito e instituições do sistema de justiça, compreender a origem, a natureza, a finalidade de cada uma das instituições do sistema de justiça e discutir as relações que estabelecem entre si, como também contribuir, a partir das pesquisas a serem realizadas, para desmistificar comportamentos e posturas ultrapassadas e, como isso, implementar no Maranhão um legítimo Estado Democrático e republicano, capaz de assegurar, por meio do correto funcionamento do sistema de justiça, os direitos elementares dos cidadãos, condição essencial para o desenvolvimento de toda a sociedade.

Linhas de Pesquisa

Nome:	Área relacionada:	Descrição:
Direito e instituições do sistema de justiça	Direito e instituições do sistema de justiça	O objetivo principal da linha de pesquisa Direito e instituições do sistema de justiça é ampliar e aprofundar a formação jurídico-científica dos docentes e de novos bacharéis investigadores, de modo a aperfeiçoar o ensino, estimular e avançar na investigação jurídica, além de formar e envolver advogados, juízes, promotores, defensores e delegados com a construção de um sistema de justiça eficiente e justo, quer dizer, capaz de garantir os direitos humanos fundamentais dos cidadãos no Estado do Maranhão, por meio do conhecimento efetivo das instituições do sistema de justiça e de sua dinâmica e capacidade transformadora. Ademais, os subsídios a ser colhidos durante as pesquisas possibilitarão uma reflexão crítica sobre um contexto social e suas instituições, as quais têm apresentado grande dificuldade de consolidar o projeto traçado pela Constituição de 1988 e os comandos infraconstitucionais dela decorrentes, o que tem representado uma trava significativa para o desenvolvimento do estado do Maranhão, comprovado por meio dos baixos indicadores sociais.

Caracterização do Curso

Nível: Mestrado Acadêmico

Nome:

Direito e Instituições do Sistema de Justiça

Objetivos do Curso/Perfil do profissional a ser formado:

Com o objetivo principal de ampliar e aprofundar a formação jurídico-científica dos docentes e de novos bacharéis investigadores, de modo a aperfeiçoar o ensino, estimular e avançar na pesquisa jurídica, além de formar e envolver advogados, juízes, promotores, defensores e delegados com a construção de um sistema de justiça eficiente e justo, quer dizer, capaz de garantir os direitos humanos fundamentais dos cidadãos no Estado do Maranhão, por meio do conhecimento efetivo das instituições do sistema de justiça, de sua dinâmica e capacidade transformadora, o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Maranhão pretende exercer papel relevante em todas as instituições jurídicas do estado, tanto mais diante dos novos desafios postos ao sistema de justiça pelo processo de globalização, pela criação de conselhos nacionais, pela maior conscientização dos cidadãos e pelo processo de industrialização que ora se inicia no estado do Maranhão. Para alcançar esse objetivo, buscou-se agregar os professores doutores da Universidade Federal do Maranhão e, muito especialmente, os do Departamento de Direito, em torno de um projeto comum, ao tempo em que se tem articulado uma estratégia de produção teórica focada em

uma temática, considerando a única linha de pesquisa escolhida, no caso Direito e instituições do sistema de justiça, pertinente diante das mudanças de paradigmas pelos quais vêm passando essas instituições, não somente por conta da criação dos Conselhos do sistema de justiça, como também diante dos grandes desafios trazidos por uma sociedade globalizada e de cidadãos cada vez mais conscientes, os quais têm reagido, de modo muito acertado, diante de instituições arcaicas e patrimonialistas, as quais, por meio dos seus operadores, não raras vezes, entendem o locus sistema de justiça como espaço para assegurar privilégios aos seus próprios integrantes.

Refletir criticamente sobre um contexto social e suas instituições, as quais têm grande dificuldade de consolidar o projeto traçado pela Constituição de 1988 e os comandos infraconstitucionais dela decorrentes, sem considerar o contexto internacional atual, apresenta-se como um desafio importante para contribuir com o processo de desenvolvimento do estado do Maranhão, o qual apresenta os piores indicadores sociais do Brasil, reflexo do precário e conservador funcionamento de suas instituições, notadamente as do sistema de justiça.

O Programa de Mestrado em Direito da Universidade Federal do Maranhão pretende contribuir, portanto, para o rompimento de posturas patrimonialistas existentes nas instituições do sistema de justiça do Estado do Maranhão, valorizando o mérito, por meio do estímulo a atitudes críticas e comprometidas com o processo de democracia constitucional, através de um programa de estudos e pesquisas encadeado e atento aos resultados a serem alcançados, como forma de tornar facilmente identificáveis os discentes e titulados no curso através de uma atitude teórica e prática de viés resolutivo diante dos obstáculos apresentados pela funcionalidade tradicional das próprias instituições as quais pertencem e que, frequentemente, adotam práticas anacrônicas diante dos desafios sociais da modernidade.

Total de Créditos para Titulação:

Disciplinas:

28

Tese/Dissertação:

4

Outro:**Periodicidade de Seleção:**

Semestral

Vagas por Seleção:

15

Descrição sintética do esquema de oferta do curso:

Áreas relacionadas:

Nome:

Direito e instituições do sistema de justiça

Disciplinas

História das instituições do sistema de justiça

Nível:Mestrado Acadêmico**Obrigatória:**Sim**Área(s) de Concentração:**

Direito e instituições do sistema de justiça

Carga Horária:60**Creditos:**4**Ementa:**

A formação histórica do sistema de direito romano-germânico. O direito no período do Brasil Colônia. Estado, elites e construção do direito nacional. O saber jurídico nacional: bacharelismo e tecnicismo. Justiça conservadora e justiça transformadora. Poder Judiciário, Ministério Público, Advocacia, Defensoria Pública e sistema policial: problemas epistêmicos. Democracia, constituição e tribunais constitucionais. O Brasil no contexto da internacionalização da justiça.

Bibliografia:

AGUIAR, Roberto A. R. de. A crise da advocacia no Brasil. 2.ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1994.

ARANTES, Rogério Bastos. Ministério Público e Política no Brasil. São Paulo: EDUC: Editora Sumaré: Fapesp, 2002.

BALEEIRO, Aliomar. O Supremo Tribunal Federal, esse outro desconhecido. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

BAUM, Lawrence. A Suprema Corte Americana. Tradução Élcio Cerqueira. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

CAPELLETTI, Mauro. Juízes Irresponsáveis?. Trad. Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1989.

CÁRCOVA, Carlos María. Derecho, política y magistratura. Buenos Aires: BÍblios, 1996.

CERQUEIRA, Marcello. Controle do Judiciário. Rio de Janeiro: Revan, 1995.

CORREAS, Óscar. Crítica da ideologia jurídica. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995.

- DALLARI, Dalmo de Abreu. O poder dos juízes. 2.ed. ver. São Paulo: Saraiva, 2002.
- DAVID, René. O direito inglês. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- DAVID, René. Os grandes sistemas do direito contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987.
- FARIA, José Eduardo (org.). A crise do direito numa sociedade em mudança. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.
- FARIA, José Eduardo. Direito e Justiça: a função social do judiciário. São Paulo: Ática, 1989.
- FARIA, José Eduardo. Justiça e conflito: os juízes em face dos novos movimentos sociais. 2ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.
- FIGUEIREDO, Fran. A reforma do Poder Judiciário. Brasília: Brasília Jurídica, 1999.
- FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala. São Paulo: Record, 1996.
- FURTADO, Celso. Transformação e crise na economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
- GIAMBIAGI, Fabio. Brasil: raízes do atraso – paternalismo versus produtividade – as dez vacas sagradas que acorrentam o país. Rio de Janeiro: Elviesier, 2007.
- GOMES, Luiz Flávio. A dimensão da magistratura: no estado constitucional e democrático de direito: independência judicial, controle judiciário, legitimação da jurisdição, politização e responsabilidade do juiz. São Paulo: Editora dos Tribunais, 1997.
- GRINOVER, Ada Pellegrinni et al. Os processos coletivos nos países de civil Law e common Law: uma análise de direito comparado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- JAMES, Philip. Introducción al derecho inglés. Bogotá: Editorial Temis, 1996.
- KOERNER, Andrei. Judiciário e cidadania na Constituição da República Brasileira. São Paulo: Editora Hucitec/Departamento de Ciência Política da USP, 1998.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.
- LESSA, Pedro. Do Poder Judiciário. Brasília: Senado Federal, 2003.
- LIMA, Martônio Mont'Alverne Barreto & SALES, Lília Maria de Moraes (Orgs.). Constituição, Democracia, Poder Judiciário e Desenvolvimento: estudos em homenagem a José de Albuquerque Rocha. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.
- MATHIAS, Carlos Fernando. Notas para uma história do judiciário no Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- MATTA, Roberto da. A casa e a rua. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- NALINI, José Renato (org.). Formação jurídica. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.
- NEDER, Gizlene. Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995.
- OLIVEIRA, Regis de. O juiz na sociedade moderna. São Paulo: FTD, 1997.
- PINHEIRO, José Ernane et AL. Ética, justiça e direito. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- RAMOS, Elival da Silva. Ativismo Judicial: parâmetros dogmáticos. São Paulo: Saraiva, 2010.
- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROCHA, José de Albuquerque. Estudos sobre o Poder Judiciário. São Paulo: Malheiros, 1995.
- RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Acesso à justiça no direito processual brasileiro. São Paulo: Editora Acadêmica, 1994.
- RODRIGUES, Lêda Boechat. História do Supremo Tribunal Federal. Tomo I. Defesa das liberdades civis (1891-1898). 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1991.
- RODRIGUES, Lêda Boechat. História do Tribunal Federal. Tomo II. Defesa do Federalismo. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1991.
- RODRIGUES, Lêda Boechat. História do Tribunal Federal. Tomo III. Doutrina Brasileira do Habeas-Corpus. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora

Civilização Brasileira S.A., 1991.

SADEK, Maria Tereza (org.). Reforma do Judiciário. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

SADEK, Maria Tereza (org.). Acesso à justiça. São Paulo: Konrad Adenauer, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma revolução democrática da justiça. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SILVA, Cátia Aínda. Justiça em jogo: novas facetas da atuação dos Promotores de Justiça. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SOARES, Guido Fernando Silva. Common Law: introdução ao Direito dos EUA. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. Rio de Janeiro: editora Bertrand, 1990.

SOUZA, José Guilherme. A criação judicial do direito. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. O judiciário e a Constituição. São Paulo: Saraiva, 1994.

TREMPS, Pablo Pérez. Tribunal constitucional y poder judicial. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1985.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Supremo Tribunal Federal: jurisprudência política. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1994.

WOLKMER, Antonio Carlos. História do Direito no Brasil. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

Sistemas de justiça e desenvolvimento

Nível:Mestrado Acadêmico

Obrigatória:Sim

Área(s) de Concentração:

Direito e instituições do sistema de justiça

Carga Horária:60

Creditos:4

Ementa:

O conceito de desenvolvimento na teoria econômica. O papel das instituições no processo de desenvolvimento. O ordenamento jurídico como promotor ou inibidor do desenvolvimento: a proposta teórica da Análise Econômica do Direito. O movimento Direito e Desenvolvimento. Poder Judiciário e desenvolvimento (I): previsibilidade e transparência das decisões judiciais. Poder Judiciário e desenvolvimento (II): garantia da propriedade e dos contratos.

Bibliografia:

BARRAL, WELBER (Org.). Direito e desenvolvimento: análise da ordem jurídica brasileira sob a ótica do desenvolvimento. São Paulo: Singular, 2005.

BARRAL, WELBER; PIMENTEL, Luiz Otávio (Orgs.). Teoria jurídica e desenvolvimento. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

BATES, Robert H. et all. Institutions and development. Center for International Development at Harvard University, 2004. Disponível em: <<http://www.cid.harvard.edu/cidwp/pdf/107.pdf>>.

BENETI, Sidnei Agostinho. A conduta do juiz. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BITTENCOURT, Edgard de Moura. O juiz. 3. ed. Campinas: Millennium, 2002.

CALAMANDREI, Piero. Eles, os juízes, vistos por um advogado. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CAPPELLETI, Mauro. Acesso à Justiça. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1988.

CAPPELLETI, Mauro. Juízes legisladores? Tradução de Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1999.

CARTY, Anthony (Ed.). Law and development. New York: New York University Press, 1992.

DALLARI, Dalmo de Abreu. O poder dos juízes. São Paulo: Saraiva, 1996.

FARIA, José Eduardo. [et. al.]. Direito e Justiça: A função social do judiciário. São Paulo: Ática, 1994.

FUNG, Archon et all. The political economy of transparency. What makes disclosure politics effective? 11th paper. John F. Kennedy School of Government, winter 2002. Disponível em: < <http://www.ksg.harvard.edu/taubmancenter/transparency/downloads/effectiveness.pdf>>.

GARAPON, Antoine. Bem julgar: ensaio sobre o ritual judiciário. Trad. Pedro Filipe Henriques. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

GOMES, Orlando. Direito e desenvolvimento. Salvador: Editora da UFBA, 1961.

GOUDIE, Andrew W.; Stasavage, David. Corruption: the issues. OECD Development Center. Working Paper n 22, January, 1997. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/29/59/1849511.pdf>>.

JÜTTING, Johannes. Institutions and development: a critical review. Working paper n. 210.

KÖHLING, Wolfgang K. C.. The economic consequences of a weak judiciary. Center for Development Research. University of Bonn, 2000. Disponível em: < <http://ideas.repec.org/p/wpa/wuwp/0212001.html>>.

LANDES, David S.A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres. 6.ed. Trad. Lucínia Azambuja. Lisboa: Gradiva, 2002.

LIMA, Martônio Mont'Alverne Barreto. O Poder Judiciário e a Emenda Constitucional nº 45/2004: o Conselho da Magistratura de Justiça e a Democratização do Poder Judiciário. In: LIMA, Martônio Mont'Alverne Barreto & SALES, Lília Maria de Moraes (Orgs). Constituição, Democracia, Poder Judiciário e Desenvolvimento: estudos em Homenagem a José de Albuquerque Rocha. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.

MARTINS, Ives Gandra (Coord.). Ética no direito e na economia. São Paulo: Pioneira: Academia Internacional de Direito e Economia, 1999.

- NOJIRI, Sérgio. O dever de fundamentar as decisões judiciais. 2.ed. rev. atual. amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- NORTH, Douglas. Institutions, institutional change and economic performance. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PIOVESAN, Flávia. Direito ao desenvolvimento. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- POSNER, Richard. A economia da Justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- POSNER, Richard. Economic analysis of Law. 7th ed.. Chicago: Wolters Kluwer, 2007.
- RIGAUX, François. A lei dos juízes. Tradução de Edmir Missio. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- SADEK, Maria Tereza. Magistrados: uma imagem em movimento. São Paulo: FGV, 2006.
- SADEK, Maria Tereza. O Judiciário brasileiro: a avaliação das empresas. São Paulo: Editora Sumaré, 2000.
- SADEK, Maria Tereza. O sistema de Justiça. São Paulo: Editora Sumaré, 1999.
- SEN, Amartya . Desenvolvimento como liberdade. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Guilherme Amorim Campos da. Direito ao desenvolvimento. São Paulo: Método, 2004.
- SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. Ética e Economia: impactos na política, no Direito e nas organizações. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2007.
- SMITH, Adam. Teoria dos sentimentos morais, ou, Ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o caráter, primeiro de seus próximos, depois de si mesmos . Trad. de Lya Luft. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SOUZA, Monica Teresa Costa. Direito e desenvolvimento: uma análise a partir das perspectivas de liberdade e capacitação. Curitiba: Juruá, 2011.
- STIGLITZ, Joseph E. Towards a new paradigm for development. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 1998.
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Annual Reports Transparency International. Disponível em: <http://www.transparency.org/publications/publications/ar_2006>.
- UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. Protecting and promoting the universal values of human rights and the rule of law. Disponível em: <<http://www.undp.org/democraticgovernance>>.
- VIANNA, Luiz Werneck et al. A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- ZYLBERSZTAJN, Decio; SZTAJN, Rachel (Orgs.). Direito e Economia: análise econômica do Direito e das organizações. São Paulo: Campus-Elsevier, 2005.

Metodologia das ciências sociais

Nível:Mestrado Acadêmico

Obrigatória:Sim

Área(s) de Concentração:

Direito e instituições do sistema de justiça

Carga Horária:60

Creditos:4

Ementa:

Epistemologia das Ciências Sociais. A produção do conhecimento nas Ciências Sociais. Teoria, métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais. Metodologia de pesquisa. Delineamento de Pesquisa. Fenômeno social, problema social e questão de pesquisa. Construção do objeto de investigação. Elaboração de projeto de pesquisa em direito.

Bibliografia:

- BACHELARD, Gastón. A formação do espírito científico – Contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BECKER, Howard S. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BORDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- BOOTH, Wayne C. A Arte da Pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- CAPRA, Fritjof. Ponto de Mutação. São Paulo: Cultrix, 1982.
- DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna S. O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e abordagens. 2ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DESCARTES, René. Discurso do Método. Porto Alegre-RS: L&PM, 2009.
- FLICK, Uwe. Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa. 3ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- JAPIASSU, H.P. Introdução ao pensamento epistemológico. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- JAPIASSU, H.P. A revolução Científica Moderna. São Paulo: Letras & Letras, 1997.
- KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- LAVILLE, Christian & DIONNE, Jean. A Construção do Saber: Manual de Metodologia da pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- RICHARDSON, Roberto J. et al. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- ROSSI, Paolo. Os filósofos e as máquinas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SANTOS, B. de S. Introdução a uma ciência pós-moderna. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SAUTU, Ruth et al. Manual de Metodologia – Construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- YIN, Robert K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 4ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Hermenêutica e jurisdição constitucional

Nível:Mestrado Acadêmico

Obrigatória:Não

Carga Horária:60

Creditos:4

Ementa:

Sistema Constitucional. Interpretação Jurídica. Métodos e princípios específicos de interpretação constitucional. Interpretação das normas de direitos fundamentais. Supremacia constitucional e controle de constitucionalidade no direito brasileiro. Controle judicial incidental e abstrato de constitucionalidade. Princípios processuais em matéria de controle judicial de Constitucionalidade. Efeitos da decisão no controle de constitucionalidade. Jurisprudência constitucional.

Bibliografia:

- ALEXY, Robert. Colisão de direitos fundamentais e realização de direitos fundamentais no estado de direito democrático. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Renovar. V. 217, jul./set. 1999.
- ÁVILA, Humberto. Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros, 2003.
- BARACHO, José Alfredo Oliveira. Processo constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- BARROS, Suzana de Toledo. O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade das leis restritivas de direito fundamental. Brasília, DF: Brasília Jurídica, 1996.
- BARROSO, Luís Roberto. O controle de constitucionalidade no Direito brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e aplicação da constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BARROSO, Luís Roberto. O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 1990.
- BASTOS, Celso Ribeiro. Hermenêutica e interpretação constitucional. São Paulo: Celso Bastos/IBDC, 1999.
- BINENBOJM, Gustavo. A nova jurisdição constitucional brasileira: legitimidade democrática e instrumento de realização. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- BITTENCOURT, C.A. Lúcio. O controle jurisdicional da constitucionalidade das leis. 2. Ed. Atual. José Aguiar Dias. Rio de Janeiro: Forense 1968.
- BOROWSKY, Martin. Trad. Carlos Bernal Pulido. Las estructura de los derechos fundamentales. Colombia: Universidad Externado de Colombia, 2003.
- BERNARDES, Juliano Taveira. Controle abstrato de constitucionalidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BUZAID, Alfredo. Da ação direta de declaração de inconstitucionalidade no direito brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1958.
- CAMPOS, German J. Bidart. La interpretación y el control constitucionales em La jurisdicción constitucional. Buenos Aires: Ediar, 1987.
- CAVALCANTI, Themístocles Brandão. Do controle de constitucionalidade. Rio de Janeiro: Forense, 1966.
- CLÈVE, Clèmerson Merlin; FREIRE, Alexandre Reis Siqueira. Algumas notas sobre colisão de direitos fundamentais. In: CUNHA, Sérgio Sérvulo da; GRAU, Eros Roberto (orgs.) Estudos de direito constitucional: em homenagem a José Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2002.
- CLÈVE, Clèmerson Merlin. A fiscalização abstrata de constitucionalidade no direito brasileiro. 2. ed. São Paulo: RT, 2000.
- CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Controle de constitucionalidade: teoria e prática. Salvador: Editora Podivm, 2011.
- DANTAS, Bruno. Repercussão Geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- DANTAS, Ivo. Do controle de constitucionalidade como garantia de supralegalidade constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- DWORKIN, Ronald. Trad. Nelson Boeira. Levando os direitos a sério. São Paulo: Martin Fontes, 2002.
- FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. Controle de constitucionalidade das leis municipais. 3. ed. São Paulo: RT, 2003
- FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade. 5. ed. São Paulo: RT, 2004.
- FIGUEIREDO, Marcelo. Teoria da inconstitucionalidade das leis. São Paulo: Saraiva, 1988.
- FIGUEIREDO, Marcelo. O mandado de injunção e a inconstitucionalidade por omissão. São Paulo: RT, 1991.
- GADAMER, Hans-Georg. Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. São Paulo: Vozes, 1997.
- GUERRA FILHO, Willis Santiago. Processo constitucional e direitos fundamentais. São Paulo: Celso Bastos Eitor, 2001.
- HÄBERLE, Peter. Hermenêutica constitucional. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Direito e democracia: entre facticidade e validade. V.I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HECK, Luís Afonso. Jurisdição constitucional: teoria da nulidade versus teoria da nulificação das leis. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.
- HESSE, Konrad. A força normativa da constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991.
- KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. 2. ed. bras. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1987.
- KELSEN, Hans. Jurisdição constitucional. Trad. Alexandre Krug, Eduardo Brandão & Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KRELL, Andreas Joachim. Direitos sociais e controle judicial no Brasil e na Alemanha: os descaminhos de um Direito Constitucional "comparado". Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.
- LIMA, Martônio Mont'Alverne Barreto. O Poder Judiciário e a Emenda Constitucional nº 45/2004: o Conselho da Magistratura de Justiça e a Democratização do Poder Judiciário. In: LIMA, Martônio Mont'Alverne Barreto & SALES, Lília Maria de Moraes (Orgs). Constituição, Democracia, Poder Judiciário e Desenvolvimento: estudos em Homenagem a José de Albuquerque Rocha. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.
- LUHMANN, Niklas. Trad. Javier Torres Nafarrate. Introducción a la teoría de sistemas. Guadalajara: Universidade Iberoamericana, 1996.
- MARINONI, Luiz Guilherme, MITIDIERO, Daniel. Repercussão geral no recurso extraordinário. São Paulo, 2010.
- MENDES, Gilmar Ferreira. Arguição de descumprimento de preceito fundamental: comentários à Lei n. 9.882, de 03/012/1999. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MENDES, Gilmar Ferreira et alli. Hermenêutica constitucional e direitos fundamentais. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.
- MENDES, Gilmar Ferreira. Jurisdição constitucional. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade. São Paulo: Saraiva, 2004.
- MENDES, Gilmar Ferreira & Martins, Ives Gandra da Silva. Controle concentrado de constitucionalidade : comentários a Lei nº 9.868, de 10-11-1999. São Paulo: Saraiva, 2009.
- MENDES, Leonardo Castanho. O recurso especial: controle difuso de constitucionalidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.
- MEYER, Emílio Peluso Neder. A decisão no controle de constitucionalidade. São Paulo: Método, 2008.

- MORAES, Alexandre de. Jurisdição constitucional e tribunais constitucionais: garantia suprema da Constituição. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005
- MÜLLER, Friedrich. Métodos de trabalho do direito constitucional. São Paulo: Max Limonad, 2000.
- NASSIF AZEM, Guilherme Beux. Repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.
- NEVES, Marcelo. Teoria da inconstitucionalidade das leis. São Paulo: Saraiva, 1988.
- OMMATI, José Emílio Medauar. A teoria jurídica de Ronald Dworkin: o direito como integridade. In: CATTONI, Marcelo (coord.). Jurisdição e hermenêutica constitucional. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.
- NEVES, Marcelo. Teoria da inconstitucionalidade das leis. São Paulo: Saraiva, 1988.
- PIOVESAN, Flávia. Proteção judicial contra omissões legislativas: ação direta de inconstitucionalidade por omissão e mandado de injunção. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- RAMOS, Elival da Silva. Controle e constitucionalidade no Brasil: perspectivas de evolução. São Paulo: Saraiva, 2010.
- RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. Controle concentrado de constitucionalidade das leis do Brasil. São Paulo: Celso Bastos, 2000.
- SAMPAIO, José Adércio Leite. A Constituição reinventada pela jurisdição constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
- SARMENTO, Daniel. A ponderação de interesses na Constituição Federal. 1ª ed. 3ª tir. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2003.
- SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 2ª ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.
- SIDOU, J. M. Othon. "Habeas data", mandado de injunção, "habeas corpus", mandado de segurança, ação popular: as garantias ativas dos direitos coletivos segundo a nova Constituição. Rio de Janeiro: Forense, 1992.
- SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das normas constitucionais. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
- SILVA, Virgílio Afonso da. Interpretação constitucional. In: SILVA, Virgílio Afonso da (org.) Interpretação constitucional. São Paulo: Malheiros, 2005.
- SMEND, Rudolf. Trad. José Mª Beneyto Pérez. Constitución y derecho constitucional. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1985.
- STRECK, Lenio Luiz. Jurisdição constitucional e hermenêutica: uma nova crítica do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.
- TAVARES, André Ramos. Tratado da arguição de preceito fundamental. São Paulo: Saraiva, 2001.
- TAVARES, André Ramos. Teoria da justiça constitucional. São Paulo: Saraiva, 2005.
- VEIRA, Oscar Vilhena. Supremo Tribunal Federal: jurisprudência política. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- VELOSO, Zeno. Controle jurisdicional de constitucionalidade. Belo Horizonte, Del Rey, 2003.
- VIEHWEG, Theodor. Trad. Tércio Sampaio Ferraz Júnior. Tópica e Jurisprudência. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1979.
- WRÓBLEWSKI, Jerzy. Constitución y teoría de la interpretación jurídica. Madrid: Cuadernos Cívitas, 1988.
- ZAVASCKI, Teori Albino. Eficácia das sentenças na jurisdição constitucional. São Paulo: RT, 2001.

Democracia e instituições do sistema de justiça eleitoral

Nível:Mestrado Acadêmico

Obrigatória:Não

Carga Horária:60

Creditos:4

Ementa:

O Sistema Constitucional Brasileiro e o Direito Eleitoral. Cidadania e Soberania Popular. Sistemas Políticos como Elementos Fundamentais do Estado Democrático de Direito. Democracia Representativa, teoria do Estado, regimes políticos, formas de governo e relações recíprocas. O papel do Estado, os tipos de governo, as políticas públicas, o comportamento político e a sociedade civil. Democracia Participativa. Estruturas institucionais permeáveis à corrupção. Abuso do poder econômico nas campanhas eleitorais. As inelegibilidades e as condições de elegibilidades baseadas no sistema constitucional.

Bibliografia:

- ACQUAVIVA, Jean-Claude – Droit Constitutionnel et institutions politiques, 3ème edition, Paris, Gualino Editeur, 1996.
- AIETA, Vânia Siciliano. Democracia. Estudos em homenagem ao Prof. Siqueira Castro. Tomo II, atualizado até a EC 52/2006. Coleção Tratado de Direito Político. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2006.
- BADURA, Peter – Staatsrecht: systematische Erläuterung des Grundgesetzes für die Bundesrepublik Deutschland, 2 Auflage, München, C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1996.
- BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. Processo Legislativo e Democracia: Parlamento, esfera pública e jurisdição constitucional. Belo Horizonte : Del Rey, 2010.
- BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e aplicação da constituição. São Paulo: Saraiva, 2000.
- BARROSO, Luís Roberto. A nova interpretação constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. Brasília: UnB, 2003.
- BONAVIDES, Paulo. Ciência política. 2. ed. São Paulo: FGV, 2007.
- BUGALHO, Gustavo Russignoli. Improbidade Administrativa: comentário à Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Leme, SP : JH Mizuno, 2009.
- BUGALHO, Gustavo Russignoli. Direito Eleitoral. Leme, SP : JH Mizuno, 2008.
- CAETANO, Marcello – Manual de Ciência Política e Direito Constitucional, Tomo I, rev. Miguel Galvão Teles, 6ª edição rev. ampl. , Coimbra, Almedina, 1993.
- CARDOSO, António Lopes – Os sistemas eleitorais, Edições Salamandra, Lisboa, 1993.
- CANOTILHO, J.J. Gomes – Direito Constitucional e Teoria da Constituição, (Coimbra), Almedina, (1998).
- CANOTILHO, J. J. Gomes. Constituição dirigente e vinculação do legislador. Coimbra: Editora, 2003.
- CASTRO, Edson de Resende. Teoria e Prática do Direito Eleitoral – 5. ed. revista e atualizada. Belo Horizonte : Del Rey, 2010.
- CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua. Preleções de Direito Eleitoral, Tomos I e II. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- COELHO, Marcus Vinícius Furtado. Eleições. Abuso de Poder. Instrumentos Processuais Eleitorais. Brasília, 2006.
- COELHO, Marcus Vinícius Furtado; AGRA, Walber de Moura; CAVALCANTI JUNIOR, Ophir. Direito Eleitoral e Democracia Desafios e Perspectivas. Brasília : OAB Editora, 2010.
- CONTAR, Carlos Eduardo; COSTA, Daniel C. G. da; PUCCINELLI JÚNIOR, André (coord.). Estudos Contemporâneos de Direito Público: em

homenagem ao Ministro César Asfor Rocha. São Paulo : Pillares, 2010.

COSTA, Adriano Soares da. Instituições de Direito Eleitoral. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

COSTA, Adriano Soares da. Instituições de Direito Eleitoral – 8. ed. revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

COSTA, Daniel Castro Gomes da (org.). Temais Atuais de Direito Eleitoral: Estudos em homenagem ao Ministro José Augusto Delgado. São Paulo : Pillares, 2009.

DINALLI, A.; FERREIRA, Luiz Henrique Cruz; TEOTÔNIO, Paulo José Freire. Constituição e Construção da Cidadania. Leme, SP : JH Mizuno, 2005.

DORADO PORRAS, Javier – El debate sobre el control de constitucionalidad en los Estados Unidos: una polémica sobre la interpretación constitucional, Madrid, Dykinson, 1997.

DUVERGER, Maurice – Institutions politiques et droit constitutionnel, 16^{ème} édition, PUF, 1980.

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral - 5. ed. revista, atualizada e ampliada. Belo Horizonte : Del Rey, 2010.

GONÇALVES, Guilherme de S.; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; STRAPAZZON, Carlos Luiz (coord.). Direito Eleitoral Contemporâneo. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

LAVROFF, Dmitri Georges – Le droit constitutionnel de la V^{ème} République, 2^{ème} édition, Paris, Dalloz, 1997.

KLEBES-PÉLISSIER, Anne – La délimitation des pouvoirs entre l'État federal et les états fédérés, Revue Française de Droit Constitutionnel, PUF, n.º 34, 1998.

KNOERR, Fernando Gustavo. Bases e Perspectivas da Reforma Política Brasileira. Belo Horizonte : Fórum, 2009.

KUNTZ, Ronald. Marketing político: manual de campanha eleitoral. 8.ed. São Paulo: Global, 2000.

MANHANELLI, Carlos Augusto. Estratégias eleitorais: marketing político. São Paulo: Summus, 1988.

MARTINS, Ana Maria Guerra – As origens da Constituição Norte-Americana : uma lição para a Europa, Lisboa, Lex, 1994.

MAUNZ, Theodor e ZIPELLIUS, Reinhold – Deutsches Staatsrecht: ein Studienbuch, 29. Auflage, München, C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1994.

MAUS, Ingeborg; MOREIRA, Luiz (coord. e supervisão). O Direito e a Política: Teoria da Democracia. Belo Horizonte : Del Rey, 2009.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. O espírito das leis. Trad. e notas de Pedro Vieira Mota. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

NASCIMENTO, José Anderson. Manual das Eleições Municipais. São Paulo : Leud, 2004.

PAVAN, Dorival Renato. Propaganda Eleitoral. "Lei 9.504/97, atualizada pela Lei 11.300/06, Lei complementar 64/90, Resolução TSE 22.718/08, Calendário Eleitoral". São Paulo : Pillares, 2008.

PACTET, Pierre – Institutions politiques: droit constitutionnel, 16^{ème} édition, Paris, Armand Colin, 1997.

PAZZAGLINI FILHO, Marino. Eleições Gerais 2010 - elegibilidade e inelegibilidade, registro de candidatos... São Paulo : Atlas, 2010.

PEREIRA, André Gonçalves – Direito Público Comparado: o sistema de governo Semi – Presidencial, Lisboa, 1984.

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; DOTTI, Marinês Restelatto. Convênios e outros instrumentos de "Administração Consensual" na gestão pública do século XXI: restrições em ano eleitoral. Belo Horizonte : Fórum, 2010.

PIMENTA, Fernando Gurgel. Guia prático da fidelidade partidária à luz da Resolução TSE 22.610/07. Leme, SP : JH Mizuno, 2008.

PRÉLOT, Marcel – Institutions politiques et Droit Constitutionnel, Paris, Dalloz, 1978.

RAMAYANA, Marcos. Comentários sobre a Reforma Eleitoral: Lei nº 12.034/2009, Emenda Constitucional nº 58/2009, Lei nº 12.016/2009. Niterói: Impetus, 2010.

RAMAYANA, Marcos. Direito Eleitoral - 10. ed. Rio de Janeiro : Impetus, 2010.

RIBEIRO, Fávila. Direito eleitoral. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

ROGEIRO, Nuno – A Lei fundamental da RFA, Coimbra Editora, Coimbra, 1996.

ROLLO, Alberto L. Mendonça e outros. Eleições no Direito Brasileiro - Atualizado com a Lei 12.034/2009. São Paulo : Atlas, 2010.

SALGADO, Eneida Desiree. O Direito e a Política: Teoria da Democracia. Princípios Constitucionais Eleitorais. Belo Horizonte : Fórum, 2010.

SANTANA, Jair Eduardo; GUIMARÃES, Fábio Luís. Direito Eleitoral: para compreender a dinâmica do poder político – 3. ed. Belo Horizonte : Fórum, 2010.

SANTOS, Paulo Fernando dos. Crimes Eleitorais Comentados. São Paulo : Leud, 2008.

SEARA, Fernando Roboredo, CORREIA, José de Matos e PINTO, Ricardo Leite – Ciência Política e Direito Constitucional, Lisboa , vol. I, Universidade Lusíada, 1995.

SEREJO, Lourival. Programa de Direito Eleitoral - De acordo com a Lei 11.300/2006. Belo Horizonte : Del Rey, 2006.

SILVA, Amaury. Reforma Eleitoral. Leme, SP : JH Mizuno, 2010.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Marketing eleitoral. São Paulo: Publifollha, 2002.

TORRETTA, André. Como ganhar seu voto: marketing político. São Paulo: Oficina de Textos, 2003.

TURPIN, Dominique (colab. Jean-Pierre Massias) – Droit Constitutionnel, 3^{ème} édition, Paris, Presses Universitaires de France, 1997.

VASCONCELOS, Pedro Bacelar de – A Separação dos Poderes da Constituição Americana : do Veto Legislativo ao Executivo Unitário : a crise regulatória, Coimbra, Coimbra Ed., 1994.

Psicologia aplicada ao direito e à justiça

Nível: Mestrado Acadêmico

Obrigatória: Não

Carga Horária: 60

Creditos: 4

Ementa:

Definição, origem e contribuição da área de Psicologia Jurídica no Brasil para a atuação funcional dos operadores jurídicos brasileiros. Diferença entre Psicologia Jurídica e a Psicologia Forense. Relação e complementariedade entre a Psicologia e o Direito. Reflexão crítica e conceitual sobre a inserção do saber psicológico no Sistema de Justiça e no Sistema de Garantia de Direitos. Análise, discussão e contribuições de um saber transdisciplinar para o exercício funcional dos diferentes operadores jurídicos em suas áreas específicas de atuação. Reflexão crítica acerca das expectativas e anseios dos jurisdicionados no que tange as diferentes Instituições do Sistema de Justiça. Perfil de personalidade dos profissionais do direito atuantes nas diferentes Instituições do Sistema de Justiça: personalidade, evolução e adaptação desses profissionais a meios ocupacionais específicos. Estudo da Psicologia como subsídio para os operadores jurídicos para além do olhar positivista das perícias

Bibliografia:

- ALMEIDA, Gisele G. Teoria e Técnica de Mediação: Um Enfoque no Direito à Família. In: Anais do 11º Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica, 2000.
- ANASTASI, A. Campos da Psicologia Aplicada. São Paulo, Herder, 1972.
- ALTOÉ, S. Atualidade da Psicologia Jurídica. Revista de Pesquisadores da Psicologia no Brasil (UFRJ, UFMG, UFJF, UFF, UERJ, UNIRIO). Juiz de Fora, Ano 1, Nº 2, julho/dezembro.2001 http://www2.uol.com.br/cultvox/revistas/psibrasil_ii/psibrasil_indice.htm
- BARROS, Fernanda. O Amor e a Lei. In: Revista Psicologia, Ciência e Profissão, 17, nº 3 (40-47), 1997.
- BERNAL SAMPER. La Mediación Familiar como Alternativa Extrajudicial. In: Anales do I Congresso Iberoamericano de Psicologia Jurídica, Santiago de Chile, 1995.
- BERNARDI, Daysi C. F. Histórico da Inserção do Profissional Psicólogo no Tribunal de Justiça do Estado de S. Paulo - Um Capítulo da Psicologia Jurídica no Brasil. In: BRITO, L.M.T.(org.) Temas de Psicologia Jurídica. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999.
- CHAVES CAMARGO, Antonio Luis (org.). O Menor e seus Direitos: Audiências Interprofissionais, São Paulo, Ed. Lex, 1982.
- COHEN, Cláudio. O Profissional de Saúde Mental no Tribunal. In: Saúde Mental, Crime e Justiça, São Paulo, Edusp, 1996.
- DEJOURS, Cristophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola defouriana à análise da relação prazer sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.
- FIORELLI, José Omir; MANCINI; Rosana Cathypa Ragazzoni. Psicologia jurídica. São Paulo: Atlas, 2009.
- FRANÇA, Ana Cristina Limongi. Stress e trabalho: uma abordagem psicossomática. 2ªed. São Paulo: Atlas, 1999.
- FRAGOSO, Rui Celso Reali. O Direito de Família - Algumas Questões Contemporâneas. In: Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo, Ano 3, nº 5, jan./jun., pp. 71-100, 2000.
- JACOB, Ana. Criação e Prática são Atitudes que Devem Caminhar Juntas. In: Jornal "PSI" de Psicologia, publicação do Conselho Regional de Psicologia/SP, jan./fev., 2002.
- JORNAL "PSI" DE PSICOLOGIA - publicação do Conselho Regional de Psicologia/SP, jan./fev., 2002.
- LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, J. B.; TAMEM, Pedro. Vocabulário de psicanálise. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MARTINS, Sheila. Regina de Camargo. Perícias Psicológicas Judiciais e a Família: Proposta de Uma Avaliação Sistêmica, Dissertação de Mestrado, Psicologia Clínica, PUC-SP, 1999.
- MIRA y LOPES, Emílio. Manual de psicologia jurídica. 3ªed. Belo Horizonte: Impactus, 2009.
- MIRA Y LOPES, E. Manual de Psicologia Jurídica. Péritas Editora, 2000. M. (org.) Casal e Família como Paciente. São Paulo, Ed. Escuta, 1991.
- REALE, Miguel. O Novo Código Civil Brasileiro. In: Revista da Academia Paulista de Magistrados, nº 1, dez., pp. 13-16, 2001.
- RIBEIRO, Marília Iobão. A Psicologia Judiciária nos Juízos que tratam do Direito de Família no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. In: BRITO, L.M.T. Temas de Psicologia Jurídica (org.), Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999.
- SÓFOCLES, Édipo. Rei antigona: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- SPECTOR, Paul E. Psicologia nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ZIMERMAN, David (Org.). Aspectos psicológicos na prática jurídica. 2ª ed. Campinas: Millenium, 2008.

Linguagem, discurso e instituições do sistema de justiça

Nível:Mestrado Acadêmico

Obrigatória:Não

Carga Horária:60

Creditos:4

Ementa:

Bases epistemológicas da Análise do Discurso francesa. Relações entre língua(gem), discurso e sociedade. Contribuições de Michel Foucault para uma teoria do discurso: a arqueologia do saber. Dispositivos de poder, produção de verdades e práticas jurídicas. Texto e gêneros discursivos do campo jurídico: sujeito, linguagem e resistências.

Bibliografia:

- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos do Estado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Palavras incertas: as não-coincidências do dizer. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. 7 ed, São Paulo: Hucitec, 1995.
- BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAKHTIN, Mikhail-Voloshinov. Questões de literatura e de estética: a teoria do romance. São Paulo, UNESP; Hucitec, 1993.
- BENVENISTE, Émile. Problemas de lingüística geral. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1989. Vol. I e II.
- CLARC, Katerina e HOLQUIST, Michael. Mikhail Bakhtin. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- CLARC, Katerina e HOLQUIST, Michael. Mikhail Bakhtin. Estética da criação verbal. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau editora, 1999.
- HAROCHE, Claudine. Fazer dizer, querer dizer. São Paulo: Editora HUCITEC, 1992.
- ORLANDI, Eni P. Análise do Discurso. Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. (org.). Gestos de leitura: da história no discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. (org.). Análise de Discurso: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. (org.). Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, Michel (1975). Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.
- PÊCHEUX, Michel. O Discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997.
- POSSENTI, Sírio. Os limites do discurso. Curitiba: Criar Edições, 2002.
- POSSENTI, Sírio Discurso, estilo e subjetividade. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Controle administrativo e judicial das relações tributárias

Nível:Mestrado Acadêmico

Obrigatória:Não

Carga Horária:30

Creditos:2

Ementa:

O sistema tributário nas Constituições brasileiras. O papel dos princípios constitucionais na ordenação dos tributos. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Repercussão social dos tributos. O processo tributário: abordagem administrativa e judicial. Princípios constitucionais do processo tributário. A Fazenda Pública e os conflitos tributários: aspectos processuais. A Lei de Execuções Fiscais. O papel do Ministério Público, das Procuradorias e dos Tribunais de Contas nas questões tributárias. A Jurisprudência fiscal do STF e do STJ: análise de casos concretos.

Bibliografia:

- ALEXY, Robert. Teoría de los Derechos Fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.
- ALEXY, Robert. Tres Escritos sobre los Derechos Fundamentales y la Teoría de los Principios. Trad. Carlos Bernal Pulido. Bogotá: Universidad Externado de Colômbia, 2003.
- AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1997.
- ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária. 4ª ed. São Paulo: RT, 1990.
- ATALIBA, Geraldo. Relação Jurídica Tributária e Hipótese de Incidência, in elementos de Direitos Tributário. São Paulo: RT, 1978.
- ATALIBA, Geraldo. Lei Complementar na Constituição. São Paulo: RT, 1971.
- ATALIBA, Geraldo. Sistema Constitucional Tributário Brasileiro. São Paulo: RT, 1968.
- ATALIBA, Geraldo. Normas Gerais de Direito Financeiro e Tributário e Autonomia dos Estados e Municípios. In: Revista de Direito Público, nº 10, São Paulo: RT, 1969.
- ATALIBA, Geraldo & Cléber Giardino, Núcleo da Definição Constitucional do ICMS. Revista de Direito Tributário, vols. 25/26.
- ÁVILA, Humberto. Sistema Constitucional Tributário. São Paulo: Saraiva, 2004.
- ÁVILA, Humberto. Teoria dos princípios. São Paulo: Malheiros, 2003.
- BACHOF, Otto. Normas Constitucionais Inconstitucionais Traducción de José Manuel M. Cardoso da Costa. Coimbra: Editora Atlântica, 1977.
- Baptista, Marcelo Caron. ISS: do Texto à Norma. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- BALEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- BARBON, Sandra A. Lopez. Do IPTU. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- BARIA DE CASTILHO, Paulo Cesar. Confisco Tributário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- BARRETO, Aires Fernandino. Base de Cálculo, Alíquota e Princípios Constitucionais. São Paulo: RT, 1987.
- BARRETO, Aires Fernandino. ISS na Constituição e na Lei. São Paulo: Dialética, 2003.
- BARRETO, Aires Fernandino. O Princípio da não-cumulatividade na esfera estadual, in O princípio da não-cumulatividade. Pesquisas Tributárias, vol. 10. São Paulo: Malheiros, 2004.
- BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral do Direito Tributário. 3 ed. São Paulo: Lejus, 1998.
- BECKER, Alfredo Augusto. Carnaval Tributário. São Paulo: Saraiva, 1989.
- BERLIRI, Antônio. Princípio de Derecho Tributário, trad. Narciso Amorós Rica. Madrid, 1971.
- BORGES, José Souto Maior. Obrigação Tributárias. São Paulo: Saraiva, 1984.
- BORGES, José Souto Maior. Isenções Tributária. 2ª ed. São Paulo: Sugestões Literárias, 1980.
- CAMPOS, Roberto de Siqueira. ICMS – Substituição Tributária – inconstitucionalidade. Revista de Direito Tributário, vol. 52.
- CAIS, Cleide Previtali. O Processo Tributário. 3.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.
- CAMPOS, Dejalma. Direito Processual Tributário. São Paulo: Atlas, 2000.
- CAPPELLETTI, Mauro. O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado. (trad. bras.). Porto Alegre: Sérgio A. Fabris, 1984.
- CANOTTILLO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional. Coimbra: Almedina, 1986.
- CARRAZZA, Elizabeth Nazar. Progressividade e IPTU. Curitiba: Juruá, 1992
- CARRAZZA, Roque Antonio. O Regulamento no Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: RT, 1981.
- CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 20ª ed, São Paulo: Malheiros, 2004.
- CARRAZZA, Roque Antonio. ICMS. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Teoria da Norma Tributária. 3ª ed. São Paulo: Max Limonad, 1998.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário – Fundamentos Jurídicos da Incidência. São Paulo: Saraiva, 1998.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Tributo e Segurança Jurídica. Dos Princípios Constitucionais. São Paulo: Malheiros, 2003.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. Teoria Geral do Tributo. São Paulo: RT, 1982.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. ICMS – não-cumulatividade, in O princípio da não-cumulatividade, Pesquisas Tributárias, vol. 10. São Paulo: Malheiros, 2004.
- CORDEIRO NETO, Guilherme. ICMS. Base de Cálculo à Luz da Constituição Federal Curitiba: Juruá, 2001.
- COSTA, Alcides Jorge. ICM na Constituição e na Lei Complementar. São Paulo. Resenha Tributária, 1978.
- COSTA, Alcides Jorge. O ICMS na Constituição. In: RDT, 46.
- COSTA, Eliud José Pinto da. ICMS Mercantil. São Paulo: Quatier Latin, 2008.
- COSTA, Eliud José Pinto da. Competência Tributária. São Luís: Aquarela. 2010.
- COSTA, Eliud José Pinto da. A norma jurídica e as isenções tributárias, 2ª ed. São Luís: Aquarela, 2010.
- DÁCOMO, Natália de Nardi. Hipótese de Incidência do ISS. São Paulo: Noeses, 2006.
- DERZI, Misabel de Abreu Machado. Direito Tributário, Direito Penal e Tipo. São Paulo: RT, 1988.
- DERZI, Misabel de Abreu Machado. Os Concedidos de Renda e de Patrimônio. Belo Horizonte: Del Rey, 1992.

DERZI, Misabel de Abreu Machado. ICMS – não-cumulatividade, in O princípio da não-cumulatividade, Pesquisas Tributárias Vol. 10. São Paulo: Malheiros, 2004.

DORIA, Antônio Roberto Sampaio. Direito Constitucional tributário e Due Process of Law. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

DWORKIN, Ronald. Levando os Direitos a Sério. Trad. Nelson Boeira. São Paulo. Martins Fontes, 2002.

FALCÃO, Amílcar de Araújo. Fato Gerador da Obrigação Tributária. 4ª ed. São Paulo: RT, 1977.

FALCÃO, Amílcar de Araújo. Substituto Legal Tributário. In RDP, 8:44.

FERNANDES, Regina Celi Pedrotti Vespero. Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD. São Paulo: RT, 2002.

FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. Obrigação Tributária Acessória. São Paulo: Aquarela, 1998.

FERREIRA SOBRINHO, José Wilson. Imunidade Tributária. Porto Alegre: Ed. Fabris, 1996.

FONROUGE, Carlos M. Giuliani. Conceitos de Direito Tributário. Trad. Geraldo Ataliba e Marco Aurélio Greco. São Paulo: LAEL, 1973.

GIANNINI, Achille Donato. Acerca de Pretensão não Juridicidade da Norma Tributária. In: RDP, 23:275.

GIARDINO, Cleber. Relação Jurídica Tributária e o Aspecto Pessoal que a Integra. In RDP, 25:183.

GIARDINO, Cleber & Geraldo Ataliba. ICM – Abatimento constitucional. Princípio da não-cumulatividade. In: Revista de Direito Tributário, 29-30:117.

GONÇALEZ, Antonio Manoel. Direito Brasileiro e Comparado, in O princípio da não-cumulatividade, Pesquisas Tributárias. Vol. 10. São Paulo: Malheiros, 2004.

GRECO, Marco Aurélio. Norma Jurídica Tributária. São Paulo: Saraiva, 1974.

GRUPENMACHER, Betina Treiger. Tratados Internacionais em Matéria Tributária e Ordem Interna. São Paulo: Dialética, 1999.

HORVATH, Estevão. O Princípio do Não-Confisco no Direito Tributário. São Paulo: Dialética, 2002.

JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. Reflexões sobre a Arquitetura do Direito Tributário. 2.ª ed. São Paulo: Ed. Institutas, 1989.

JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. Instituições de Direito Tributário. São Paulo: Aquarela, 1988.

JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. Dicionário Jurídico Tributário. 5ª ed. São Paulo: Dialética, 2005.

JEZE, Gaston . O fato gerador do imposto. In: RDP, 2:50.

JUSTEN FILHO, Marçal. Sujeição Passiva Tributária. Belém: CEJUSP, 1986.

LACOMBE, Américo Masset. Obrigação Tributária. São Paulo: RT, 1977.

LIMA, Ruy Cirne. Revogabilidade da Isenção Tributária. In: RDP, 21:297.

LINO MOREIRA, Cristina. Tributividade do Serviço Público. São Paulo: RT, 1985.

LINS, Robson Maia. Controle de Constitucionalidade da Norma Tributária – Decadência e Prescrição. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 17ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

MACHADO, Hugo de Brito. Direito Tributário. São Paulo: RT, 1993.

MACHADO, Hugo de Brito. Aspectos Fundamentais do ICMS. 2ª ed. São Paulo: Dialética, 1999.

MACHADO, Hugo de Brito. Virtudes e defeitos da não-cumulatividade, in O princípio da não-cumulatividade, Pesquisas Tributárias, vol. 10. São Paulo: Malheiros, 2004.

MACHADO, Hugo de Brito. ICMS. Regime Especial de Tributação. Natureza Jurídica. In: RDDT, 115:132.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. ICMS. A tributação da Energia Elétrica e a seletividade do ICMS. In: RDDT, 62:72.

MALERBI, Diva Preste Marcondes. Elisão Tributária. São Paulo: RT, 1984.

MARTINS, Ives Gandra. Sistema Tributário na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 1989.

MARTINS, Ives Gandra. Comentários À Constituição do Brasil, 3.º Volume, tomo II. São Paulo: Saraiva, 1993.

MARTINS, Ives Gandra. O princípio da não-cumulatividade, in Pesquisas Tributárias, vol. 10. São Paulo: Malheiros, 2004.

MARREI JÚNIOR, Pedro Luciano. Natureza das Isenções Tributárias. In: RDP, 25:169.

MATTOS, Aroldo Gomes de. ICMS – Comentários a LC 87/96. São Paulo: Dialética, 1997.

MELO, José Eduardo Soares. A importação no Direito Tributário. São Paulo: RT, 2003.

MELO, José Eduardo Soares. Limites Constitucionais Face à Legislação Ordinária, in O princípio da não-cumulatividade, Pesquisas Tributárias, vol. 10. São Paulo: Malheiros, 2004.

MELO, José Eduardo Soares. ICMS, Teoria e Prática. 8ª ed. São Paulo: Dialética, 2005.

MENDONÇA, Cristiane. Competência Tributária. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

MENDONÇA, Christine. A Não-cumulatividade do ICMS. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

MICHELLI, Gian Antônio. Curso de Direito Tributário. Trad. Pedro Luciano Marrey e Marco Aurélio Greco. São Paulo: RT, 1978.

MORAIS, Bernardo Ribeiro de. Compêndio de Direito Tributário. Vols. 01 e 02. Rio de Janeiro. Forense, 1993.

OLIVEIRA, Fernando Albino de. Sujeição Passiva no Direito tributário. In: RDP, 30:242.

PEREZ DE AYLA, José Luís. Derecho Tributário. Editorial de Derecho Financeiro. Madri, 1968.

PONTES, Helenilson Cunha. Ensaios de Direito Tributário. São Paulo: MP Editora, 2005.

RIBEIRO, Maria de Fátima. A Natureza Jurídica do Empréstimo Compulsório no Sistema Tributário Nacional. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

RODRIGUES, Marilene Talarico Martins. Princípio da não-cumulatividade (Aspectos Polêmicos), in O princípio da não-cumulatividade, Pesquisas Tributárias, vol. 10. São Paulo: Malheiros, 2004.

SALOMÃO, Marcelo Viana. ICMS na Importação, 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de. Lançamento Tributário. 2ª ed. São Paulo: Max Limonad, 2001.

SEIXAS FILHO, Aurélio Pitanga. Teoria e Prática das Isenções Tributárias. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

SOUZA, Hamilton Dias de. A estrutura do imposto de importação no CTN. São Paulo: Resenha Tributária, 1980.

TELLA, Ramon Falcon Y. La Solidariedad Tributária. In: RDP, 35:35.

TIPKE, Klaus. Justiça Fiscal e o Princípio da Capacidade Contributiva, trad. Douglas Yamashita. São Paulo: Malheiros, 2002.

VELLOSO, Andrei Pitten. Constituição Tributária Interpretada. São Paulo: Atlas, 2007.

VIANA NETO, Matheus. ICMS - A Lei Complementar nº 87/96 Interpretada. São Paulo: Editora de Direito, 1997.

XAVIER, Alberto. Direito Internacional Tributário do Brasil. São Paulo: RT, 1977.

XAVIER, Alberto. Os Princípios da Legalidade e da Tipicidade da Tributação. São Paulo: RT, 1978.

XAVIER, Alberto. Do Lançamento no Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Resenha Tributária, 1977.

Teoria do direito político

Nível:Mestrado Acadêmico

Obrigatória:Não

Carga Horária:60

Creditos:4

Ementa:

A evolução do pensamento político. Direito e política. Legitimidade do poder. Funções e poderes do Estado. A divisão do poder na história. O Estado Democrático e garantia dos Direitos Fundamentais. Representação política, opinião pública e democracia. O controle das funções públicas: princípios, limites e instrumentos. Fundamentos jurídicos da cidadania.

Bibliografia:

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Política, sistema jurídico e decisão judicial. São Paulo: Max Limonad, 2002.

CAPELLA, Juan Ramón. Os Cidadãos Servos. Porto Alegre: Fabris, 1998.

CARRÉ DE MALBERG, R.. Teoría general del estado. 2ed.1998.2reimp. México: UNAM-Fondo de Cultura Económica, 2001.

CHAI, Cássius Guimarães. Jurisdição constitucional em uma democracia de riscos. São Luís: AMPEM Editora, 2007.

DWORKIN, Ronald. O Império do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 15ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GOYARD-FABRE, Simone. Os princípios filosóficos do direito político moderno. Tradução de Irene A Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HÄRBELE, Peter. Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da constituição – contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da constituição. Porto Alegre: Fabris, 1997.

HESSE, Konrad. A Força Normativa da Constituição. Porto Alegre: Fabris, 1991.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. Tradução João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MANN, Michael. La cara oculta de la democracia: la limpieza étnica y política como tradición moderna. New Left Review. Madrid: nº. 01: 20-50, 2000.

PIÇARRA, Nuno. A Separação dos Poderes como Doutrina e Princípio Constitucional: um contributo para o estudo das suas origens e evolução. Coimbra: Coimbra Editora, 1989.

REALE, Miguel. Experiência e cultura. Campinas: Bookseller, 1999.

RICOEUR, Paul. Em Torno ao Político. São Paulo: Loyola, 1995.

SARTORI, Giovanni. Teoria da Democracia Revisitada: o debate contemporâneo. vol. I. São Paulo: Ática, 1994.

STEIN, Ekkehart. Derecho Político. (trad. Fernando Sainz Moreno). Madrid: Aguillar, 1973.

WEBER, Max. Ciência e política. Duas vocações. 16ª ed. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix. 2000.

Interpretação e sistemas judiciário e político

Nível:Mestrado Acadêmico

Obrigatória:Não

Carga Horária:60

Creditos:4

Ementa:

Interpretação e Direito Positivo. Da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídica. Argumentação Jurídica e Interpretação. Relativismo e Absolutismo Jurídico. A Interpretação Constitucional. Poder Constituinte, Poder Judiciário e Poder Legislativo. Ativismo Judicial e Originalismo. Jurisprudência Constitucional e Interpretação.

Bibliografia:

ADEODATO, João Maurício. Ética e Retórica – Para uma Teoria da Dogmática Jurídica. São Paulo:Saraiva, 2002.

ALEXY, Robert. El Concepto y la Validez del Derecho. Barcelona: Gedisa, 1997.

ATIENZA, M. As razões do Direito – teoria da argumentação jurídica, Perelman, Toulmin, MacCormick, alexy e outros. São Paulo: Landy, 2002.

ATIENZA, M. Los límites de la interpretación constitucional: de nuevo sobre los casos trágicos. In: Isonomía – Revista de Teoría y Filosofía del Derecho, n. 06, 1997, p. 07-30. Disponível em

«http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12715085352381514198846/isonomia06/isonomia06_01.pdf», com acesso em 19/11/2005.

ÁVILA, H. Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 4. ed.São Paulo: Malheiros, 2005.

BARROSO, Luís Roberto et all. A Nova Interpretação Constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BELLO FILHO, Ney de Barros. Sistema constitucional aberto: teoria do conhecimento e da interpretação do espaço constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

DWORKIN, Ronald. Uma questão de princípio. São Paulo: Martins Fontes, 2.000.

FALCÃO, R. B. Hermenêutica. São Paulo: Malheiros, 1997.

FERRAZ JUNIOR., T. S. Direito, retórica e comunicação. Subsídios para uma pragmática do discurso jurídico. São Paulo: Saraiva, 1997.

FREITAS, J. A interpretação sistemática do direito. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. A melhor interpretação constitucional versus a única resposta correta. Revista Latino-Americana de estudos constitucionais. Belo Horizonte, n. 02, pp. 279-316, jul./dez. 2003.

GARCÍA AMADO, J.A. Tópica, derecho y método jurídico. In: Doxa – Cuadernos de Filosofía del Derecho, n. 04, 1987, p. 161-88. Disponível em: «http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12837218659036051876657/cuaderno4/Doxa4_12.pdf», com acesso em 19/11/2005.

GRAU, Eros Roberto. Ensaio e discurso sobre a Interpretação/Aplicação do Direito. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

GRONDIN, Jean. Introdução à hermenêutica filosófica. Tradução de Benno Dischinger. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999.

HÄBERLE, P. Hermenêutica Constitucional. A sociedade Aberta dos Intérpretes da cosntituição. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Fabris, 1997.

HECK, P. Interpretação da lei e jurisprudência dos interesses. Trad. de José Osório. São Paulo: Livraria Acadêmica/ Saraiva, 1947.

- LARENZ, Karl. *Derecho Justo – fundamentos de ética jurídica*. Madrid: Civitas, 1993.
- MARMOR, Andrei. *Direito e Interpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MENDES, G.F.; COELHO, I.M. e BRANCO, P.G.G. *Hermenêutica constitucional e direitos fundamentais*. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.
- MENDONÇA, P.R.S. *A tópica e o Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- MORESO, J.J. *Alguns consideraciones sobre la interpretación constitucional*. In: *Doxa – Cuadernos de Filosofía del Derecho*, n. 23, 2000, p. 105-18. Disponível em «http://descargas.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/doxa/12383873132368273109213/Doxa23_05.pdf», com acesso em 19/11/2005.
- MÜLLER, F. *Direito, linguagem, violência: elementos de uma teoria constitucional*. Trad. de Peter Naumann. Porto Alegre: Fabris, 1995.
- NEVES, Marcelo. *A Constitucionalização Simbólica*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- PALMER, Richard. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 1970.
- PEREIRA, R.V. *Hermenêutica filosófica e constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- PERELMAN, C. e OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- SILVA, Virgílio Afonso da. *Interpretação constitucional e sincretismo metodológico*. In: SILVA, Virgílio Afonso da (Org.). *Interpretação constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2005.
- STRECK, Lenio Luiz. *Jurisdição Constitucional e Hermenêutica – uma nova crítica do direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.
- STRECK, Lenio Luiz. *Verdade e Consenso – constituição, hermenêutica e teorias discursivas da possibilidade à necessidade de respostas corretas em direito*. Rio de Janeiro: Lumen Jure, 2009.
- VIEHWEG, T. *Tópica e jurisprudência*. Trad. de Tércio Sampaio Ferraz Jr. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1979.
- WARAT, L. A. *Mitos e teorias na interpretação da lei*. Porto Alegre: Síntese, 1979.
- WARAT, L. A. *O direito e sua linguagem*. Porto Alegre: Fabris, 1984.
- WIEACKER, Franz. *História do Direito Privado Moderno*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

Advocacia como instituição do sistema de justiça

Nível: Mestrado Acadêmico

Obrigatória: Não

Carga Horária: 30

Creditos: 2

Ementa:

A advocacia. A evolução histórica. Ofício, profissão e carreira. Advocacia privada e advocacia pública. Os contornos legais. Os contornos constitucionais. A Ordem dos Advogados do Brasil (papel constitucional, estrutura e funcionamento). A Procuradoria dos Estados. Semelhanças e singularidades da advocacia pública na Federação. A PGE-MA (Questões institucionais: papel constitucional, estrutura e funcionamento). Autonomia funcional e vinculação administrativa. Perspectiva críticas. A Constituição com abertura e a advocacia sem fronteiras.

Bibliografia:

- ARINOS, Afonso. *O constitucionalismo de D. Pedro I – Afonso Arinos, introdução* – Brasília: Senado Federal, 2003.
- ÁVILA, HUMBERTO. *Teoria dos Princípios – da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.
- BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de direito constitucional, 22ª edição revista e atualizada por Samantha Meyer-Pelug*. Brasília: Malheiros, 2010.
- BONAVIDES, PAULO. *Constituinte e constituição*. 2ª ed. Fortaleza: IOCE, 1987.
- BONAVIDES, Paulo & ANDRADE, Paes. *História constitucional do Brasil*. Brasília: OAB Editora, 2002.
- BRITTO, Carlos Ayres – *Teoria da constituição*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- CANOTILHO, J.J. Gomes & MOREIRA, Vital. *Fundamentos da constituição*. Coimbra: Coimbra Editora, 1991.
- CANOTILHO, J.J. Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. Coimbra: Almedina, 1998.
- CANOTILHO, J.J. Gomes. *Estado de direito*. Lisboa: Edição Gradiva, 1999.
- CANOTILHO, J.J. Gomes. *Constituição dirigente e vinculação do legislador*. Coimbra: Coimbra Editora, 1982.
- CANOTILHO, J.J. Gomes. *Estudos sobre direitos fundamentais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; Portugal: Coimbra Editora, 2008.
- CERQUEIRA, Marcelo. *A constituição na história – origem & reforma*. Rio de Janeiro: Editora Ravan, 1993.
- COOLEY, Thomas M. *Princípios gerais de direito constitucional nos Estados Unidos da América*, (trad. Por Ricardo Rodrigues Gama). Campinas: Russell, 2002.
- CUNHA, Paulo Ferreira da. *Raízes da república: introdução histórica ao direito constitucional*. Coimbra: Almedina, 2006.
- CUNHA, Paulo Ferreira da. *Teoria da constituição: Mitos, memórias, conceitos*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, vol. I, 2002.
- CURY, Maria Cecília Paiva. *Dicionário brasileiro de direito constitucional*. (coordenador geral Dimitri Dimoulis). São Paulo: Saraiva, 2007.
- DANTAS, Ivo. *O valor da constituição*. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
- DAVID, René. *Os grandes sistemas de direito contemporâneo, direito comparado* (trad. Hermínio A. Carvalho). Lisboa: Editora Meridiano, Limitada, 1972.
- DIMOULIS, Dimitri e MARTINS, Leonardo. *Teoria geral dos direitos fundamentais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.
- FERNANDÉZ-MIRANDA, Torcuato. *Estado y constitución* – Madrid : Espasa-Calpe, 1975.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Estado de direito e constituição*. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2007.
- FERREIRA, Waldemar Martins Ferreira. *História do direito constitucional Brasileiro*. São Paulo: Max Limonad, 1954.
- FIORAVANTI, Maurizio. *Los derechos fundamentales: apuntes de historia de las constituciones*, (trad. Manuel Martinez Meira). Madrid: Editorial Trotta S. A., 2003.
- FIORAVANTI, Maurizio. *Constitution: de la antigüedad a nuestros días*. Madrid: Editorial Trotta S. A., 2001.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Direito constitucional: teoria da constituição; as Constituições do Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- FRISCHEISEN, Luiza Cristina Fonseca. *Políticas públicas: a responsabilidade do administrador e o ministério público*. São Paulo: Max Limonad, 2000.
- GUEDES, Jefferson Carús & SOUZA, Luciane Moessa (Coords.). *Advocacia de Estado: questões institucionais para a construção de um Estado de Justiça: estudos em homenagem a Diogo de Figueiredo Moreira Neto e José Antonio Dias Tofoli*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
- GUIMARÃES, Ariana Sagni. *A importância dos princípios jurídicos no processo de interpretação constitucional*. São Paulo : LTr, 2003.

- HÄBERLE, Peter. A hermenêutica constitucional. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.
- HAMON, Francis, TROPER, Michel e BURDEAU, Georges [trad. De Carlos Souza]. Direito constitucional. Barueri, SP: Manole, 2005.
- HESSE, Konrad. A força normativa da constituição. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991.
- JOUVENEL, Bertrand. As origens do estado moderno. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- LOEWENSTEIN, Karl. Teoria de la contitución. 2ª ed. Barcelona: Editorial Ariel, 1986.
- MACHADO, Patrícia Ferreira. A Constituição e os tratados internacionais. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- MACHADO, Paulo Ricardo Nogueira. Estatuto da advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei n. 8906, de 4 de julho de 1994). Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.
- MARANHÃO. Legislação. Lei Complementar n. 20, de 30 de junho de 1994, < <http://www.pge.ma.gov.br/pagina.php?IdPagina=1554>> Consulta relaizada em 14 de unho de 2011.
- MARANHÃO. Legislação. Lei Complementar n. 20, de 30 de junho de 1994, < <http://www.pge.ma.gov.br/pagina.php?IdPagina=1554>> Consulta relaizada em 14 de junho de 2011.
- MIRANDA, Jorge. Teoria do estado e da constituição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002.
- MIRANDA, Jorge. Textos históricos do direito constitucional, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1980.
- NADAL, Fábio. A constituição como mito, o mito como discurso legitimatório da constituição. São Paulo: Editora Método, 2006.
- NEGRI, Antonio. O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade (trad. Adriano Pilatti). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- NORONHA, Ibsen José Casas. Aspectos do direito no Brasil quinhentista, consonâncias do espiritual e do temporal. Coimbra: Edições Almedina, 2005.
- PAIXÃO, Cristiano. História constitucional inglesa e norte-americana : do surgimento à estabilização da forma constitucional. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Finatec, 2008.
- PECES-BARBA, Gregorio. La constitución y los derechos. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2006.
- ROMANO, Santi. Princípios de direito constitucional geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.
- RUFFIA, Paulo Biscareti. Direito constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984.
- SALDANHA, Nelson. Formação da teoria constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. (revisão técnica Renato Jaime Ribeiro). São Paulo: Companhia das Letras, 1996,
- TAVARES, André Ramos. Teoria da justiça constitucional. São Paulo: Saraiva, 2005.
- ZAGREBELSKY, Gustavo. Historia y constitución, (trad. De Miguel Carbonell). Madrid: Editorial Trotta S. A., 2005.
- ZAGREBELSKY, Gustavo. El derecho dúctil. Trad. de Marina Gascón. Madrid: Editorial Trotta, 2009.
- WHEARE, K. C. Las constituciones modernas. Baelcona: Editorial Labo, 1975.

Instituições do sistema de justiça e ordem social

Nível:Mestrado Acadêmico

Obrigatória:Não

Carga Horária:60

Creditos:4

Ementa:

O monopólio punitivo estatal e o Estado democrático de Direito. Fundamentação e legitimação do direito de punir. A Dogmática jurídico-penal enquanto fonte legitimadora do direito de punir. Controle social. Violência estrutural e violência criminal. A cultura do controle e a ideologia do castigo. Instâncias formais do sistema penal. Funcionamento e ideologias do sistema penal. Funções da pena privativa de liberdade e neoliberalismo. Política criminal para o século XXI.

Bibliografia:

- ALBRECHT, Peter-Alexis. El Derecho penal en la intervención de la política populista. In: La insostenible situación del Derecho Penal. Granada: Comares, 2000, p. 471-488.
- ALCÁCER GUIRAO, Rafael. Los fines Del Derecho Penal. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2001.
- ALTHUSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução de Walter José Evangelista, Maria Laura Viveiros de Castro. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- ÁLVAREZ GARCÍA, Francisco Javier. Consideraciones sobre los fines de la pena en el ordenamiento constitucional español. Granada: Comares, 2001.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
- ANIYAR DE CASTRO, Lola. A evolução da teoria criminológica e avaliação de seu estado atual. Revista de Direito Penal. Rio de janeiro, n. 34, p. 71-92, jul./dez. 1982.
- ARAUJO JÚNIOR, João Marcello de. (Org.). Sistema penal para o terceiro milênio: atos do colóquio Marc Ancel. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991.
- AZIMI, D.M. La naturaleza política de la ley, la desviación y la delincuencia. In: OLMO, Rosa del (Org.). Estigmatización y conducta desviada. Maracaibo: Centro de Investigaciones criminológicas, 1973.
- BACIGALUPO, Enrique. Justicia penal y derechos fundamentales. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Tradução de Mauro Gama, Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BECKER, Gary Stanley. Crime and punishment. An economic approach. Journal of Political Economy, 1968, p. 537-592.
- BERGALLI, Roberto. Control social punitivo. Sistema Penal e instancias de aplicación (Policía, Jurisdicción y Carcél). Barcelona: Bosch, 1996.
- BESTE, Hubert; VOB Michael. Las deformaciones del derecho penal por los servicios privados de seguridad. In: La insostenible situación del Derecho Penal. Granada: Comares, 2000, p. 341-357.
- BLOCK, M. K., HEINEKE, J. M. A labor theoretic analyses of criminal choice. American Economic Review. V. 65, n. 3, 1975, p. 314-325.
- BUSTOS RAMIREZ, Juan. Control social y sistema penal. Barcelona: PPU, 1987.

- CHRISTIE, Nils. A indústria do controle do delito. A caminho dos gulags em estilo ocidental. Tradução de Luís Leiria. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- COHEN, M. A. A note on the cost of crime to victims. *Urban Studies*. V. 27, n.1, 1990, p. 39-146.
- DORNELLES, João Ricardo Wanderley. Violência urbana, direitos da cidadania e políticas públicas de segurança no contexto de consolidação das instituições democráticas e das reformas econômicas neoliberais. *Discursos sediciosos. Crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, p. 103-120, 2º. Semestre de 1997.
- DUPAS, Gilberto. Economia global e exclusão social. Pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ELBERT, Carlos Alberto. Alternativas à pena ou ao sistema penal. *Discursos sediciosos. Crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro, ano 3, n. 5 e 6, p. 113-119, 1º. e 2º. Semestres de 1998.
- FENECH, Georges. Tolerância Zero. Acabar com a criminalidade e a violência urbana. Traduzido por Joana Patrícia Rosa e Mário Matos e Lemos. Sintra: Editorial Inquérito, 2001.
- FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão. Teoria do Garantismo Penal. Tradução de Ana Paula Zomer et al. São Paulo: RT, 2002.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução de Lígia M. Ponde Vassallo. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- GARAPON, Antoine; GROS, Frédéric; Pech, Thierry. Punir em democracia. E a justiça será. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- GARLAND, David. Castigo y sociedad moderna. Un estudio de teoría social. Madrid: Siglo Veintiuno, 1999.
- GENTILLI, Pablo (Org.). Globalização excludente desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- LARRAURI, Elena. Control del delito y castigo en Estados Unidos: una introducción para el lector español. In: HIRSCH, Andrew Von. Censurar e Castigar. Traducción de Elena Larrauri. Madrid: Editorial Trota, 1998.
- LOTKE, Eric R. A dignidade humana e a justiça penal nos Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, ano 6, n. 24, p. 39-52, out./dez. 1998.
- MANTOVANI, Fernando. El siglo XIX y las Ciencias Criminales. Santa Fé de Bogotá: Themis, 2000.
- MATHIESEN, Thomas. Juicio a la prisión. Buenos Aires: Ediar, 2003.
- MATSUSAKA, John G. The economic approach to democracy. In: TOMMASI, Mariano; IERULLI, Kathryn. (Eds.) *The new economics of human behavior*. Nova York: Cambridge University Press, 1995, p. 140-156.
- MELOSSI, Dario. Ideología y Derecho penal: el garantismo jurídico y la Criminología crítica como nuevas ideologías subalternas? *Pena y Estado*, Barcelona, n. 1, p. 57-66, septiembre-diciembre, 1991.
- MERCADO PACHECO, P. El análisis económico del derecho. Una reconstrucción teórica. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1994.
- MONTERO SOLER, Alberto; TORRES LÓPEZ, Juan. La economía del delito y de las penas. Granada: Comares, 1998.
- OLMO, Rosa del (Org.). Estigmatización y conducta desviada. Maracaibo: Centro de Investigaciones criminológicas, 1973.
- PANDOLFI, Dulce Chaves et al (Orgs.). Cidadania, Justiça e violência. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1999.
- PAVARINI, Massimo. "Dentro" y "fuera" de la justicia penal (apuntes y reflexiones sobre las estrategias emergentes en las políticas criminales). *Doctrina Penal*. Buenos Aires, ano 8, 1985. p. 641-661.
- RIVERA BEIRAS, Iñaki. (Coord.). Cárcel e Derechos Humanos. Un enfoque relativo a la defensa de los derechos fundamentales de los reclusos. Barcelona: Bosch, 1992.
- ROMER, A. Introducción al análisis económico del derecho. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- ROSAL BLASCO, Bernardo del. La "privatización" de las prisiones; una huida hacia la pena de privación de libertad. *EGUZKILORE*. Cuaderno del Instituto Vasco de Criminología. N. 12, 1998, p. 115- 132.
- RUBIN, P. H. The economics of crime. *Atlantic Economics Review*, v. 28, n. 4, 1978, p. 38-43.
- RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. Punição e estrutura social. Tradução de Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.
- SCHEERER, Sebastián. La pena criminal como herencia cultural de la humanidad? *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, ano 13, n. 57, p. 106-119, nov./dez. 2005.
- SILVA SÁNCHEZ, Jesús Maria. Aproximación al derecho penal contemporáneo. Barcelona: Bocsh, 1992.
- STIGLER, G. J. Law or economics? *Journal of law & economics*. V. XXXV, octubre/1992.
- TOMMASI, Mariano; IERULLI, Kathryn. (Eds.) *The new economics of human behavior*. Nova York: Cambridge University Press, 1995.
- VERANI, Sérgio. A globalização do extermínio. *Discursos sediciosos. Crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 131-139, 1º. Semestre de 1996.
- VOTEY, H. L., PHILLIPS, L. Social goals and appropriate policy for corrections: an economic appraisal. *Journal of Criminal Justice*. V.I, 1973, p. 219-240.
- WACQUANT, Loïc. Da América como utopia às avessas. In: BOURDIEU, Pierre. (Org.). *A miséria do mundo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 167-175.
- WESTERN, Bruce, et al. Sistema penal e mercado de trabalho nos Estados Unidos. *Discursos sediciosos. Crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro, ano 7, n. 11, p. 41-52, 1º. Semestre de 2002.
- YACOBUCCI, Guillermo J. La deslegitimación de la potestad penal. Buenos Aires: Ábaco, 2000.
- YOUNG, Jock. A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan-ICC, 2002.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. El sistema penal em los países de América latina. In: ARAÚJO JÚNIOR, João Marcello de. (Org.). *Sistema penal para o terceiro milênio: atos do colóquio Marc Ancel*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991, p. 221-236.

Sistemas de justiça internacional e direitos humanos

Nível:Mestrado Acadêmico

Obrigatória:Não

Carga Horária:30

Creditos:2

Ementa:

Processo de internacionalização dos direitos humanos. Sistema universal de proteção dos direitos humanos: a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a sistemática dos Pactos de 1966. Sistema interamericano de direitos humanos. Jurisprudência internacional em matéria de direitos humanos. Incorporação de decisões internacionais e os tribunais nacionais. Soberania estatal e direitos humanos: redefinição de

elementos do Estado.

Bibliografia:

- ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2010.
- ALEXY, Robert. Colisão de direitos fundamentais e realização de direitos fundamentais no Estado de Direito Democrático. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, n. 217, jul./set. 1999. p.67-69.
- ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BUERGENTHAL, Thomas; SHELTON, Dinah; STEWART, David. International Human Rights in a Nutshell. 4th ed. (Nutshell Series). Eagan, Minnesota: West, 2009.
- CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. A proteção internacional dos direitos humanos: fundamentos jurídicos e instrumentos básicos. São Paulo: Saraiva, 1991.
- COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 7ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.
- CHARVET, Dominique. Crise da Justiça, Crise da Lei, Crise do Estado? In: POULANTZAS, Nicos. O estado em crise. Trad. Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GOMES, Luiz Flávio; PIOVESAN, Flávia (coords.). O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.
- HANASHIRO, Olaya Silvia Machado Portella. Sistema Interamericano de proteção aos Direitos Humanos. São Paulo: EDUSP, 2001.
- HESPAÑA, Antonio M. Lei e Justiça: História e prospectiva de um paradigma. In: Justiça e litigiosidade: história e prospectiva. António Hespanha (org.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Lisboa, 1999.
- JAYME, Fernando G. Direitos humanos e sua efetivação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
- LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- MÜLLER, Friedrich. Concepções modernas e interpretação dos direitos humanos. In: Conferência da Nacional Ordem dos Advogados do Brasil, 15., 1994. Anais: OAB, 1994.
- PASQUALUCCI, Jo M. The Practice and Procedure of the Inter-American Court of Human Rights. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. São Paulo: Saraiva, 2006.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.
- PERELMAN, Chaïm. Ética e direito. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PEREZ LUÑO, Antonio Enrique. Derechos Humanos, Estado de Derecho y Constitución. 10. ed. Madrid: Tecnos, 2010.
- PEREZ LUÑO, Antonio Enrique. Los derechos fundamentales. Madrid: Tecnos, 1984.
- RAMOS, André de Carvalho. Direitos Humanos em Juízo. São Paulo: Max Limonad, 2001.

Poder Judiciário Estadual

Nível:Mestrado Acadêmico

Obrigatória:Não

Carga Horária:30

Creditos:2

Ementa:

A organização judiciária do Estado do Maranhão. Função e composição da justiça estadual. Magistratura: prerrogativas e formas de ingresso. Acesso à justiça. A celeridade processual. Causas da morosidade do Poder Judiciário. Soluções para a morosidade do Poder Judiciário. As crises do Poder Judiciário estadual. Planejamento da Justiça estadual. O Conselho Nacional de Justiça e a Justiça Estadual. Relacionamento do Poder Judiciário Estadual com os Poderes Executivo, Legislativo. Poder Judiciário e Ministério Público. Poder Judiciário e advocacia.

Bibliografia:

- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BOTTINI, Pierpolo. Modernização da gestão do Poder Judiciário. Porto Alegre: TRF da 4ª Região, 2009.
- CALMON, Eliana. A democratização da Justiça. Brasília: Revista do CEJ, 1997.
- CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. O poder dos juizes. São Paulo: Saraiva, 1996.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. Instrumentalidade do processo. São Paulo: Malheiros, 2009.
- GARAPON, Antoine. O juiz e a democracia: o guardião das promessas. Tradução de Maria Luíza de Carvalho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- GOMES, Luiz Flávio. A dimensão da magistratura no Estado Constitucional e Democrático de Direito: independência judicial, controle judiciário, legitimação da jurisdição, politização e responsabilidade do juiz. São Paulo: revista dos Tribunais, 1997.
- LESSA, Pedro. Do Poder Judiciário. Brasília: Senado Federal, 2003.
- MARANHÃO. Constituição do Estado do Maranhão.
- MARANHÃO. Lei de Organização Judiciária do Estado do Maranhão.
- MARANHÃO. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.
- ROCHA, José de Albuquerque. Teoria Geral do processo. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Questões sensíveis ao sistema de justiça trabalhista

Nível:Mestrado Acadêmico

Obrigatória:Não

Carga Horária:30

Creditos:2

Ementa:

A estrutura da justiça do trabalho: TST. TRT's, Varas do Trabalho. A estrutura do Ministério do Trabalho. Atribuições da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho. Exploração do trabalho da criança e do adolescente e condições análogas a de escravo: a realidade do Estado do Maranhão.

Bibliografia:

CERQUEIRA, Gelba C. Trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ Editora, 2008.

COUTINHO, Grijabo Fernandes. Justiça do trabalho: competência ampliada. São Paulo: LTr, 2008.

CURY, Munir (Coord.). Estatuto da criança e do adolescente comentado. São Paulo: Malheiros, 2010.

FIGUEIRA, Ricardo Azevedo. A justiça do lobo. Petrópolis: Vozes, 1986.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Ministério Público do trabalho. São Paulo: LTr, 2010.

LOUREIRO, Antonio (Org.). Ministério Público e Magistratura do Trabalho. Salvador: Juspodium, 2008.

MINHARRO, Erotilde Ribeiro dos Santos. Criança e o adolescente no direito do trabalho. São Paulo: LTR, 2003.

NEVES, Marcos Fava et al. Criança, adolescente, trabalho. São Paulo: LTr, 2010.

NOCCHI, Andrea Saint Pastous et al (Org.). Criança, adolescente, trabalho. São Paulo: LTr, 2010.

OLIVEIRA NETO, Raimundo Dias de. São Paulo: LTr, 2008.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). Trabalho escravo, economia e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SAKAMOTO, Leornado (Coord.). Organização Internacional do Trabalho: trabalho escravo no Brasil do século XXI. Brasília: OIT, 2006.

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Trabalho escravo. São Paulo: LTr, 2008.

VITO, Palo Neto. Conceito jurídico e combate ao trabalho escravo contemporâneo. São Paulo: LTr, 2008.

Corpo Docente

00140287353 - FERNANDO JOSE CUNHA BELFORT

Horas de Dedicção Semanal:

Na IES:40 **No programa:**20 **Docente Permanente:**Sim **Dedicção Exclusiva:**Sim

Titulação:

Nível:Doutorado **Ano:**2008 **IES:**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Orientador:Paulo Sérgio João

Área de Titulação:DIREITO

País:BRASIL

Experiência Orientação (Número)

IC*:	TCC*:	ESP*:	MP*:	ME*:	DO*:
2	25	6			

09508767391 - JOSE CLAUDIO PAVAO SANTANA

Horas de Dedicção Semanal:

Na IES:40 **No programa:**20 **Docente Permanente:**Sim **Dedicção Exclusiva:**Sim

Titulação:

Nível:Doutorado **Ano:**2006 **IES:**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Orientador:André Ramos Tavares

Área de Titulação:DIREITO

País:BRASIL

Experiência Orientação (Número)

IC*:	TCC*:	ESP*:	MP*:	ME*:	DO*:
		1			

10445978368 - ELIUD JOSE PINTO DA COSTA

Horas de Dedicção Semanal:

Na IES:40 **No programa:**20 **Docente Permanente:**Sim **Dedicção Exclusiva:**Sim

Titulação:

Nível:Doutorado **Ano:**2007 **IES:**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Orientador:Roque Antônio Carrazza

Área de Titulação:DIREITO TRIBUTÁRIO

País:BRASIL

Experiência Orientação (Número)

IC*:	TCC*:	ESP*:	MP*:	ME*:	DO*:
	27	1			

22681132304 - ROBERTO CARVALHO VELOSO**Horas de Dedicção Semanal:**

Na IES:40 No programa:20 Docente Permanente:Sim Dedicção Exclusiva:Sim

Titulação:

Nivel:Doutorado Ano:2008 IES:Universidade Federal de Pernambuco

Orientador:Ricardo de Brito Albuquerque Pontes Freitas

Área de Titulação:DIREITO

País:BRASIL

Experiência Orientação (Número)

IC*:	TCC*:	ESP*:	MP*:	ME*:	DO*:
12		12			

25376217353 - CLAUDIO ALBERTO GABRIEL GUIMARAES**Horas de Dedicção Semanal:**

Na IES:40 No programa:20 Docente Permanente:Sim Dedicção Exclusiva:Sim

Titulação:

Nivel:Doutorado Ano:2006 IES:Universidade Federal de Santa Catarina

Orientador:Vera Regina Pereira de Andrade

Área de Titulação:DIREITO

País:BRASIL

Experiência Orientação (Número)

IC*:	TCC*:	ESP*:	MP*:	ME*:	DO*:
5	6	15			

25482475387 - WELITON SOUSA CARVALHO**Horas de Dedicção Semanal:**

Na IES:40 No programa:20 Docente Permanente:Não Dedicção Exclusiva:Não

Titulação:

Nivel:Doutorado Ano:2004 IES:Universidade Federal de Pernambuco

Orientador:Raimundo Juliano

Área de Titulação:DIREITO

País:BRASIL

Experiência Orientação (Número)

IC*:	TCC*:	ESP*:	MP*:	ME*:	DO*:
	4				

32517661391 - NEY DE BARROS BELLO FILHO**Horas de Dedicção Semanal:**

Na IES:40 No programa:20 Docente Permanente:Sim Dedicção Exclusiva:Não

Titulação:

Nivel:Doutorado Ano:2006 IES:Universidade Federal de Santa Catarina

Orientador:Rogério Silva Portanova

Área de Titulação:DIREITO

País:BRASIL

Experiência Orientação (Número)

IC*:	TCC*:	ESP*:	MP*:	ME*:	DO*:
3					

33674175304 - CLAUDIA MARIA DA COSTA GONCALVES**Horas de Dedicção Semanal:**

Na IES:20 No programa:10 Docente Permanente:Não Dedicção Exclusiva:Não

Titulação:

Nivel:Doutorado Ano:2005 IES:Universidade Federal do Maranhão

Orientador:Maria Ozanira da Silva e Silva

Área de Titulação:POLÍTICAS PÚBLICAS

País:BRASIL

Experiência Orientação (Número)

IC*:	TCC*:	ESP*:	MP*:	ME*:	DO*:
2	25	6			

37589075353 - PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS**Horas de Dedicção Semanal:**

Na IES:40 No programa:40 Docente Permanente:Sim Dedicção Exclusiva:Não

Titulação:

Nivel:Doutorado Ano:2001 IES:Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Orientador:Celso Seixas Ribeiro Bastos

Área de Titulação:DIREITO

País:BRASIL

Experiência Orientação (Número)

IC*:	TCC*:	ESP*:	MP*:	ME*:	DO*:
11	12	5		6	

37610643300 - MARCIA HAYDEE PORTO DE CARVALHO**Horas de Dedicção Semanal:**

Na IES:20 No programa:10 Docente Permanente:Sim Dedicção Exclusiva:Sim

Titulação:

Nivel:Doutorado Ano:2005 IES:Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Orientador:Marcelo Figueiredo

Área de Titulação:DIREITO

País:BRASIL

Experiência Orientação (Número)

IC*:	TCC*:	ESP*:	MP*:	ME*:	DO*:
	2	1			

40650006372 - ARTENIRA DA SILVA E SILVA**Horas de Dedicção Semanal:**

Na IES:40 No programa:20 Docente Permanente:Sim Dedicção Exclusiva:Não

Titulação:

Nivel:Doutorado Ano:2005 IES:Universidade Federal da Bahia

Orientador:Raimundo Antônio da Silva e Jannilson Paim

Área de Titulação:SAÚDE COLETIVA

País:BRASIL

Experiência Orientação (Número)

IC*:	TCC*:	ESP*:	MP*:	ME*:	DO*:
	1				

44058640391 - MONICA TERESA COSTA SOUSA**Horas de Dedicção Semanal:**

Na IES:40 No programa:20 Docente Permanente:Sim Dedicção Exclusiva:Não

Titulação:

Nivel:Doutorado Ano:2007 IES:Universidade Federal de Santa Catarina

Orientador:Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira

Área de Titulação:DIREITO

País:BRASIL

Experiência Orientação (Número)

IC*:	TCC*:	ESP*:	MP*:	ME*:	DO*:
4	15	1			

48365076349 - CASSIUS GUIMARAES CHAI**Horas de Dedicção Semanal:**

Na IES:40 No programa:20 Docente Permanente:Sim Dedicção Exclusiva:Sim

Titulação:

Nivel:Doutorado Ano:2006 IES:Universidade Federal de Minas Gerais

Orientador:Menelick de Carvalho Netto

Área de Titulação:DIREITO

País:BRASIL

Experiência Orientação (Número)

IC*:	TCC*:	ESP*:	MP*:	ME*:	DO*:
2	25				

68812701353 - MONICA DA SILVA CRUZ**Horas de Dedicção Semanal:**

Na IES:40 No programa:20 Docente Permanente:Sim Dedicção Exclusiva:Sim

Titulação:

Nivel:Doutorado Ano:2005 IES:Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Orientador:María do Rosário de Fátima Valencise Gregolin

Área de Titulação:LINGÜÍSTICA

País:BRASIL

Experiência Orientação (Número)

IC*:	TCC*:	ESP*:	MP*:	ME*:	DO*:
2	25	6			

69304912768 - PAULO FERNANDES KELLER**Horas de Dedicção Semanal:**

Na IES:40 No programa:20 Docente Permanente:Sim Dedicção Exclusiva:Sim

Titulação:

Nivel:Doutorado Ano:2004 IES:Universidade Federal do Rio de Janeiro

Orientador:José Ricardo Pereira Ramalho

Área de Titulação:CIÊNCIAS HUMANAS

País:BRASIL

Experiência Orientação (Número)

IC*:	TCC*:	ESP*:	MP*:	ME*:	DO*:
1	1				

Produção Bibliográfica , Artística e Técnica**FERNANDO JOSE CUNHA BELFORT****Tipo de produção:**Bibliográfica - Capítulo de livro**ISSN:**9788598144306**Titulo da produção:**Cidadania, Estado de Direito e Democrático de Direito.**Ano da publicação:**2010**Destaque:**Não**Complemento da citação:**

In: RAMOS, Paulo Roberto Barbosa et al. Direitos Fundamentais, Democracia e Cidadania: estudos em homenagem a Elimar Figueiredo de Almeida e Silva. São Luís: Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, 2010.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro**ISSN:**9788586145483**Titulo da produção:**Direito do Trabalho no Século XXI.**Ano da publicação:**2010**Destaque:**Não**Complemento da citação:**

In: RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. O Direito no Século XXI: estudos em homenagem ao Min. Edson Vidigal. Florianópolis: Obra Jurídica, 2010.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro**ISSN:**9788502092648**Titulo da produção:**Direitos Humanos, Paz e Estado Democrático de Direito.**Ano da publicação:**2010**Destaque:**Não**Complemento da citação:**

In: MATTOS, Antônio José (Org.). Estado Democrático de Direito e Direito Humanos. São Paulo: Saraiva, 2010.

JOSE CLAUDIO PAVAO SANTANA**Tipo de produção:**Bibliográfica - Livro**ISSN:**8530932587**Titulo da produção:**O pré-constitucionalismo na América**Ano da publicação:**2010**Destaque:**Sim**Complemento da citação:**

1. ed. São Paulo: Método Editora, 2010. v. 1. 203 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro

ISSN:9788586145483

Título da produção:Constituição: entre o contratado e desejado

Ano da publicação:2010

Destaque:Sim

Complemento da citação:

In: Paulo Roberto Barbosa Ramos; Edith Maria Barbosa Ramos; Alexandre Reis Siqueira Freire. (Org.). O DIREITO NO SÉCULO XXI Estudos em homenagem ao Ministro Edson Vidigal. 1 ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas Oficial Editorial Ltda, 2010, v. , p. 238-248.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro

ISSN:850209264

Título da produção:Constituição: sentimento e consciência

Ano da publicação:2010

Destaque:Sim

Complemento da citação:

In: Antonio José de Mattos Neto. (Org.). ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E DIREITOS HUMANOS. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2010, v. , p. 25-39.

ELIUD JOSE PINTO DA COSTA

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788561742089

Título da produção:Regulamento do ICMS do Estado do Maranhão

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

São Luís: Editora Aquarela, 2010. v. 5.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788561742065

Título da produção:A norma jurídica e competência tributária

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

São Luís-MA: Editora Aquarela, 2010. v. 1. 178 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788561742034

Título da produção:Competência tributária

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

São Luís MA: Editora Aquarela, 2010. v. 1. 120 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788561742003

Título da produção:Código Tributário do Estado do Maranhão

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

São Luís - MA: Editora Aquarela, 2008. v. 1. 167 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788561743125

Título da produção:ICMS mercantil

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

São Paulo - SP: Quartier Latin, 2008. v. 1. 336 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788561743125

Título da produção:ICMS mercantil

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

São Paulo - SP: Quartier Latin, 2008. v. 1. 336 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788561742027

Título da produção:Código Tributário Nacional

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

São Luís - MA: Editora Aquarela, 2008. v. 1. 107 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro

ISSN:9788586145483

Título da produção:Competência tributária

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

COSTA, Eliud José Pinto da . Competência Tributária Brasileira. O Direito no Século XXI. 1 ed. Florianópolis - SC: Editora Obra Jurídica, 2010, v. 1, p. -.

ROBERTO CARVALHO VELOSO

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:10484862

Título da produção:O duplo recebimento da denúncia previsto na Lei nº 11.719/2008 e a interrupção do prazo prescricional.

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

Jus Navigandi (Teresina), v. 1928, p. 1-2, 2008.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:8576745321

Título da produção:Crimes Tributários

Ano da publicação:2011

Destaque:Sim

Complemento da citação:

1. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2011. v. 1. 288 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro

ISSN:9788586145483

Título da produção:A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A AÇÃO PENAL NOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.

Ano da publicação:2010

Destaque:Sim

Complemento da citação:

VELOSO, Roberto Carvalho ; FREIRE, Alexandre Reis Siqueira. ; GUIMARAES, Cláudio Alberto Gabriel. ; RAMOS, Paulo Roberto Barbosa.

In: PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS; EDITH MARIA BARBOSA RAMOS; ALEXANDRE REIS SIQUEIRA FREIRE. (Org.). O DIREITO NO SÉCULO XXI. 1 ed. FLORIANÓPOLIS: OBRA JURÍDICA, 2010, v. I, p. 284-305.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro

ISSN:9788576743934

Título da produção:QUESTÕES ATUAIS DOS CRIMES TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS.

Ano da publicação:2009

Destaque:Sim

Complemento da citação:

TORON, A. Z. ; DAOUN, A. J. ; MONNERAT, C. F. ; REIS, D. P. C. ; MENDES, E. B. ; BECHARA, F. R. ; LOURENCO, F. ; SARCEDO, L. ;

MASSUD, L. ; MENDES, M. ; FLORÊNCIO FILHO, Marco Aurélio ; MELLO, M. M. P. ; PEIXOTO, P. H. A. ; ANDREUCI, R. A. ; VELOSO,

Roberto Carvalho ; FREIRE, R. B. A

In: ALEXANDRE JEAN DAOUN; MARCO AURÉLIO FLORÊNCIA FILHO. (Org.). LEIS PENAIIS COMENTADAS. 1 ed. SÃO PAULO: QUARTIER LATIN, 2009, v. 1, p. 191-219.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro

ISSN:2177028x

Título da produção:O judiciário garantidor da cidadania

Ano da publicação:2009

Destaque:Sim

Complemento da citação:

In: ESCOLA DA MAGISTRATURA DA 1ª REGIÃO. (Org.). ARGUMENTO. BRASÍLIA: TRF 1ª REGIÃO, 2009, v. 1, p. 578-584.

CLAUDIO ALBERTO GABRIEL GUIMARAES

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:1808-494X

Título da produção:O recurso ao Direito Penal do Inimigo como instrumento de comunicação política

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas, v. 1, p. 1, 2009.

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:15195899

Título da produção:A culpabilidade compartilhada com o princípio mitigador da ausência de efetivação dos direitos fundamentais nos delitos patri

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

Espaço Jurídico, vol. 10, p. 31-50

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:19807805

Título da produção:A culpabilidade compartilhada com o princípio mitigador da ausência de efetivação dos direitos fundamentais nos delitos patri

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

Direitos culturais, vol. 4, p. 213-224

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:15179427

Título da produção:A culpabilidade compartilhada com o princípio mitigador da ausência de efetivação dos direitos fundamentais nos delitos patri

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

UNOPAR Científica. Ciências Jurídicas e Empresariais. vol. 10. p. 65-72

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:0034835x

Título da produção:A culpabilidade compartilhada com o princípio mitigador da ausência de efetivação dos direitos fundamentais nos delitos patri

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

Revista de Informação Legislativa, v. 184, p. 55-65

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:1679673x

Título da produção:As variáveis socioeconômicas como pressupostos para a efetiva criminalização do sistema penal brasileiro

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

Ciências Penais, v. 11, p. 211-234

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:15180360

Título da produção:A dogmática jurídico-penal em questão: possibilidades e limites no século XXI

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

Âmbito Jurídico

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:16771060

Título da produção:Democracia e direito penal: interpretação do jus puniendi conforme a Constituição

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

Revista do Ministério Público do Estado do Maranhão, v. 15, p. 47-106

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:16771060

Título da produção:Funções dogmáticas e legitimidade dos tipos penais na sociedade do risco

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

Revista do Ministério Público do Estado do Maranhão, v. 15, p. 213-240

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:180849

Título da produção:A dogmática jurídico-penal em questão: possibilidades e limites no século XXI

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas.

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:16763661

Título da produção:Funções dogmáticas e legitimidade dos tipos penais na sociedade do risco

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

Boletim IBCRIM, v. 9, p. 181-201

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:19810660

Titulo da produção:Os descaminhos da prestação jurisdicional no direito punitivo: algumas considerações sobre a reforma do Código de Processo

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

Cadernos UNDB, v. 3

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:19810660

Titulo da produção:Os descaminhos da prestação jurisdicional no direito punitivo: algumas considerações sobre a reforma do Código de Processo

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

Cadernos UNDB, v. 3

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:08748640

Titulo da produção:Das (dis)funções da pena privativa de liberdade no atual sistema penal brasileiro

Ano da publicação:2002

Destaque:Sim

Complemento da citação:

Lusiada - Revista de Ciências e Cultura. Coimbra. v. 1 e 2. p. 27-44

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788571064058

Titulo da produção:Constituição, Ministério Público e direito penal: a defesa do Estado Democrático no âmbito punitivo

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2010. v. 1. 286 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro

ISSN:8572020179

Titulo da produção:BEM JURÍCO E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: FUNDAMENTAÇÃO DE UM NOVO DIREITO PENAL

Ano da publicação:2002

Destaque:Sim

Complemento da citação:

In: Inácio José Feitosa Neto. (Org.). Direito Penal. 1 ed. Brasília: ESAF, 2002, v. 3

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro

ISSN:9788578741068

Titulo da produção:OS DESCAMINHOS DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO ÂMBITO PUNITIVO. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

co-autor: Carvalho, Themis Maria Pacheco de

In: Fabiana Marion Spengler; Paulo de Tarso Brandão. (Org.). OS (DES)CAMINHOS DA JURISDIÇÃO.. 1 ed. Santa Catarina: Conceito Editorial, 2009, v. 0, p. 96-114.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro

ISSN:9788586145483

Titulo da produção:O princípio da presunção de inocência como pressuposto básico do Estado Democrático de Direito

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

co-autor: SILVA, Quézia Jemima Custódio Neto da

1 ed. FLORIANÓPOLIS: OBRA JURÍDICA, 2010, v. 1, p. 96-108.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788571063556

Titulo da produção:Funções da pena privativa de liberdade no sistema penal capitalista

Ano da publicação:2007

Destaque:Sim

Complemento da citação:

1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007. v. 1. 352 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:08748640

Titulo da produção:Das (dis)funções da pena privativa de liberdade no atual sistema repressivo penal brasileiro.

Ano da publicação:2002

Destaque:Sim

Complemento da citação:

Lusiada - Revista de Ciência e Cultura, Coimbra, v. 1 e 2, p. 27-44, 2002.

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:1808-494X

Título da produção:O recurso ao Direito Penal do Inimigo como instrumento de comunicação política

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas, v. 1, p. 1, 2009.

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:1518-0360

Título da produção:Democracia e direito penal: interpretação do jus puniendi conforme a Constituição

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

Âmbito Jurídico. v. 66. 2009

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:18098487

Título da produção:Análise crítica às teorias econômicas do direito penal

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

De Jure (Belo Horizonte). v. 12.

WELITON SOUSA CARVALHO

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:15169154

Título da produção:Despedida arbitrária - concretização à espera do STF.

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

Revista LTr. Legislação do Trabalho, v. 08, p. 947-954, 2010.

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:15198065

Título da produção:Funções do direito comparado

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

Revista Jurídica Consulex, v. 16, p. 16/6-16/9, 2009.

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:15198065

Título da produção:Direito comparado: método ou ciência?

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

Revista Jurídica Consulex, v. 21, p. 21/4-21/7, 2009.

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:0034835x

Título da produção:Direito comparado: método ou ciência?

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

Revista de Informação Legislativa, v. 180, p. 139-145, 2008

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:8573941642

Título da produção:Despedida arbitrária do texto constitucional

Ano da publicação:1998

Destaque:Sim

Complemento da citação:

Curitiba: Juruá, 1998. 232 p.

NEY DE BARROS BELLO FILHO

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:14131439

Título da produção:Direito Ambiental das Mudanças Climáticas: novos paradigmas da atuação judicial.

Ano da publicação:2010

Destaque:Sim

Complemento da citação:

Revista de Direito Ambiental, v. 58, p. 121-142, 2010

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:19827393

Título da produção:Os direitos fundamentais e as mudanças climáticas

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

Carta Forense. v. 24, 2010.

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:16470915

Título da produção:A análise do risco no contexto do princípio da precaução.

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

Direito e ambiente. Universidade Lusíada, v. 1, p. 51, 2009

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:0103703x

Título da produção:Dignidade da pessoa humana e meio ambiente

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

Revista do Tribunal Regional Federal 1. Região, v. 20, p. 58, 2008

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:0103703x

Título da produção:A proteção jurídica do ambiente: do interesse difuso ao direito ao ambiente sadio e ecologicamente equilibrado.

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

Revista do Tribunal Regional Federal 1. Região, v. 20, p. 58, 2008

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:16470915

Título da produção:As restrições ao direito fundamental ao ambiente sadio e ecologicamente equilibrado

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

Direito e Ambiente, v. 1, p. 122, 2008

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788578620332

Título da produção:oitenta semanas de prova - crônicas de um universo compartilhado

Ano da publicação:2008

Destaque:Sim

Complemento da citação:

1.ed. São Luís: EDUFMA, 2008, v. 1. 286 p.

CLAUDIA MARIA DA COSTA GONCALVES

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:16771060

Título da produção:POLÍTICAS SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: DISCRICIONARIEDADE ESTATAL E PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

Revista do Ministério Público do Estado do Maranhão, v. 16, p. 67-86, 2009.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788536232263

Título da produção:DIREITOS HUMANOS: vozes e silêncio.

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

GONÇALVES, Cláudia Maria da Costa (Org.)

Curitiba: Juruá, 2010. 226 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788536227689

Título da produção:. Assistência Jurídica Pública: direitos humanos e políticas sociais.

Ano da publicação:2002

Destaque:Sim

Complemento da citação:

1. ed. Curitiba: Juruá, 2002. v. 1. 200 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro

ISSN:9788536232263

Título da produção:Direitos Humanos em Movimento.

Ano da publicação:2011

Destaque:Sim

Complemento da citação:

QUEIROZ, A. V. ; FREITAS, Ana Teresa Silva de ; SOUSA, A. V. ; GONÇALVES, Cláudia Maria da Costa ; VIEIRA, Gustavo Oliveira ; MORAIS, José L. B. de ; ANTONIO, M. ; GONCALVES, P. I. C. ; ALMEIDA, R. J. A. ; GONCALVES, R. C. ; PEREIRA, T. A. D.

In: Prof.ª Dr.ª Cláudia Maria da Costa Gonçalves. (Org.). DIREITOS HUMANOS: vozes e silêncio. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2011, v. 1, p. 49-63.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:8573484454

Título da produção:Direitos Fundamentais Sociais: Releitura de uma Constituição Dirigente.

Ano da publicação:2009

Destaque:Sim

Complemento da citação:

Curitiba: Juruá, 2006. 282 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro

ISSN:850209264

Título da produção:A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A ERA DE AQUARIUS: O ACESSO AOS DIREITOS EM DUAS DÉCADAS DE HISTÓRIA

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E DIREITOS HUMANOS.1 ed. SÃO PAULO: SARAIVA, 2010, v. 1, p. 41-46.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:8573484454

Título da produção:Direitos Fundamentais Sociais: Releitura de uma Constituição Dirigente.

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

2. ed. Curitiba: Juruá, 2010. 282 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788536227689

Título da produção:ASSISTÊNCIA JURÍDICA PÚBLICA: direitos humanos e políticas sociais.

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

2. ed. Curitiba: Juruá, 2010. 107 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788536227160

Título da produção:Assistência Social às Famílias nas Constituições Brasileiras: institucionalização dos espaços domésticos e poder.

Ano da publicação:2010

Destaque:Sim

Complemento da citação:

1. ed. Lisboa: Editorial Juruá, 2010. 127 p.

PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:0034- 835x

Título da produção:O ideal de justiça política e constituição em John Rawls: análise dos pontos principais da teoria como equidade.

Ano da publicação:2011

Destaque:Não

Complemento da citação:

Co-autor: RIBEIRO FILHO, Jorge Luís

Revista de Informação Legislativa, v. 189, p. 005-025, 2011.

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:2178-2229

Título da produção:O controle de constitucionalidade no Maranhão.

Ano da publicação:2011

Destaque:Não

Complemento da citação:

co-autor: RIBEIRO FILHO, Jorge Luís

Cadernos de Pesquisa - Universidade Federal do Maranhão, v. 18, p. 64-73, 2011. (versão digital)

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:0034-9275

Título da produção:A Velhice na Constituição

Ano da publicação:2000

Destaque:Sim

Complemento da citação:

Revista dos Tribunais. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política, v. 30, p. 187-203, 2000.

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:1518-272x

Título da produção:A filosofia do controle concentrado de constitucionalidade das leis na ordem jurídica pós-88.

Ano da publicação:2001

Destaque:Sim

Complemento da citação:

Revista de Direito Constitucional e Internacional, São Paulo, v. 37, p. 175-184, 2001.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788586145483

Título da produção:O Direito no Século XXI: estudos em homenagem ao Ministro Edson Vidigal.

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

1ª. ed. Florianópolis: Obra Jurídica, 2010. v. 1000. 305 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro

ISSN:9788598144306

Título da produção:O controle de constitucionalidade no Estado do Maranhão.

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

co-autor: RIBEIRO FILHO, Jorge Luís.

In: RAMOS, Paulo Roberto Barbosa et al. (Org.). Direitos Fundamentais, Democracia e cidadania: estudos em homenagem a Elimar Figueiredo de Almeida e Silva. São Luís: Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, 2010.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro

ISSN:9788577613243

Título da produção:A velhice no século XXI. Considerações preliminares sobre os desafios dos velhos no século XXI para o reconhecimento de su

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

In: Marcelo Novelino. (Org.). Leituras complementares de Direito Constitucionsl - Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. 4ª ed. Salvador: Juspodivm, 2010, v. 1, p. 429-444.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro

ISSN:9788586145483

Título da produção:Direito Constitucional e Ordem Internacional.

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

In: Paulo Roberto Barbosa Ramos; Edith Maria Barbosa Ramos; Alexandre Reis Siqueira Freire. (Org.). O Direito no Século XXI: estudos em homenagem ao Ministro Edson Vidigal. Florianópolis: Obra Jurídica, 2010. v. 1000, p. 277-283.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro

ISSN:9788586145483

Título da produção:Posição original e contrato social hipotético: expedientes propulsores da teoria da justiça Rawlsiana.

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

RIBEIRO FILHO, Jorge Luís.

In: RAMOS, Paulo Roberto Barbosa; RAMOS, Edith Maria Barbosa; FREIRE, Alexandre Reis Siqueira. (Org.). O Direito no Século XXI, 2010, v. 1000, p. 228-237.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro

ISSN:9788586145483

Título da produção:Estado Federal: aglutinador de pluralidades sob a égide de uma Constituição.

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

LIMA, Diogo Diniz.

In: RAMOS, Paulo Roberto Barbosa; RAMOS, Edith Maria Barbosa; FREIRE, Alexandre Reis Siqueira. (Org.). O Direito no Século XXI, 2010, v. 1000, p. 109-122.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:8585775750

Título da produção:Fundamentos constitucionais do direito à velhice.

Ano da publicação:2002

Destaque:Sim

Complemento da citação:

Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2002. v. 1. 157 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:8586145114

Título da produção:Discurso jurídico e prática política: contribuição à análise do Direito a partir de uma perspectiva interdisciplinar

Ano da publicação:1997

Destaque:Sim

Complemento da citação:

Florianópolis: Ed. Obra Jurídica, 1997. v. 1. 110 p.

Tipo de produção:Técnico Científica - Outros

Título da produção:Teoria Constitucional

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

(Curso de curta duração ministrado/Especialização)

Tipo de produção:Técnico Científica - Outros

Título da produção:Direitos Humanos e envelhecimento.

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

(Curso de curta duração ministrada/extensão)

Tipo de produção:Técnico Científica - Outros

Título da produção:Direito do Idoso.

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

(Curso de curta duração ministrado/ especialização)

Tipo de produção:Técnico Científica - Outros

Título da produção:Comissão de seleção das teses e diossertações para publicação.

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

(Participação em comissões e órgãos colegiados da UFMA)

Tipo de produção:Técnico Científica - Outros

Título da produção:Direito do Idoso.

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

(Curso de curta duração ministrado.)

Tipo de produção:Técnico Científica - Outros

Título da produção:Publicações da EDUFMA. 2011.

Ano da publicação:2011

Destaque:Não

Complemento da citação:

(Integrante do conselho editorial da UFMA)

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:8587342088

Título da produção:O controle concentrado de constitucionalidade das leis no Brasil: filosofia e dimensões jurídico-políticas.

Ano da publicação:2000

Destaque:Sim

Complemento da citação:

São Paulo: Celso Bastos Editor, 2000. 128 p.

ISBN-13: 9788587342089

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788502092648

Título da produção:Direitos Humanos e Ministério Público

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

In: MATTOS NETTO, Antônio José de. (org.) Estado Democrático de Direito e Direitos Humanos. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010, v. 1000, p. 153-166.

MARCIA HAYDEE PORTO DE CARVALHO

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:16771060

Título da produção:A interpretação constitucional nestes dez anos de constituição.

Ano da publicação:1998

Destaque:Sim

Complemento da citação:

Revista do curso de direito da UFMA, São Luis, v. 1, p. 151-158, 1998.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9787861450472

Título da produção:Hermenêutica: métodos e princípios específicos de interpretação

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

rev. e amp.. 1. ed. Santa Catarina: Obra Jurídica, 2008. v. 1. 140 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:8536215917

Título da produção:Sigilo bancário à luz da doutrina e da jurisprudência

Ano da publicação:2007

Destaque:Sim

Complemento da citação:

1. ed. Curitiba/PR: Juruá, 2007. v. 1. 272 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:8585775742

Título da produção:A defesa da honra e o direito a informação

Ano da publicação:2002

Destaque:Sim

Complemento da citação:

Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2002. v. 1. 133 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:8586145106

Título da produção:Hermenêutica: métodos e princípios específicos de interpretação

Ano da publicação:1997

Destaque:Sim

Complemento da citação:

1º ed. Florianópolis: Obra Jurídica, 1997. v. 1. 87 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro

ISSN:9788586145483

Título da produção:Sistema constitucional

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

CARVALHO, Marcia Haydée Porto de ; BELFORT, F. ; CAMBI, E. ; DANTAS, I. ; FREIRE, A. R. S. ; FREIRE, A. R. S. ; GUIMARAES, C. A. G. ; MATTOS NETO, A. J. ; RAMOS, E. M. B. ; RAMOS, Paulo Roberto Barbosa ; SANTANA, J.C.P. ; SOUSA, L. R. S. ; VELOSO, Roberto Carvalho ; WACHOWIXZ, M. .

In: Paulo Roberto Barbosa Ramos; Edith Maria Barbosa Ramos; Alexandre Reis Siqueira Freire. (Org.). O Direito no Século XXI:: estudos em homenagem ao Ministro Edson Vidigal. Florianópolis: Obra Jurídica, 2010, v. , p. -.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro

ISSN:9788598144306

Título da produção:Interpretação das normas de direitos fundamentais: teoria de Robert Alexy x teoria de Ronald Dworkin.

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

CORDEIRO, M. F. R. T. ; RAMOS, Paulo Roberto Barbosa ; RIBEIRO FILHO, Jorge Luís ; FERRO, Ana Luíza Almeida ; VIEIRA, Carlos Henrique Rodrigues ; RIBEIRO, Cláudio Luiz Frazão ; GUIMARÃES, Justino da Silva ; AGUIAR, Iracy Martins Figueiredo ; VIEIRA, Karla Adriana Holanda Farias ; CARVALHO, Marcia Haydée Porto de ; HEILMANN, Maria de Jesus R. A. ; COSTA, M. C. S. ; FREIRE, A. R. S. ; CASTRO, Marcelo Soarez ; RAMOS, E. M. B. ; BELFORT, F. ; MILBOURNE, Vanessa Monteiro .

In: PAUXIS, Lena Cláudia Ripardo; VIEIRA, Karla Adriana Rodrigues; IGLESIA, Teresa Maria Muniz Ribeiro de la; RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. (Org.). Direitos fundamentais, democracia e cidadania. São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2010, v. 1, p. 1-307.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro

ISSN:850209264

Título da produção:O devido processo legal como garantia dos direitos fundamentais

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

MATTOS NETO, A. J. ; GONÇALVES, Cláudia Maria da Costa ; GUIMARAES, C. A. G. ; DIAS, Danielle Maria dos Santos ; OLIVEIRA, Frabício

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:1415630x

Título da produção:Reforma constitucional: conceito, procedimentos e limites

Ano da publicação:2003

Destaque:Sim

Complemento da citação:

Revista de Direito Constitucional e internacional, São Paulo, v. 11, n. abr./jun., p. 138-167, 2003.

ARTENIRA DA SILVA E SILVA

Tipo de produção:Bibliográfica - Outro

ISSN:01048740

Título da produção:Proteção social no Brasil e na América Latina

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

Revisão técnica de artigo da Revista de Políticas Públicas (Qualis B1).

Tipo de produção:Bibliográfica - Outro

ISSN:01048740

Título da produção:Desigualdade, pobreza e programas de transferência de renda na América latina

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

Revisão técnica de artigo da Revista de Políticas Públicas (Qualis B1)

Tipo de produção:Bibliográfica - Outro

ISSN:01048740

Título da produção:Questão urbana, moradia e gestão das cidades

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

Revisão técnica de artigo da Revista de Políticas Públicas (Qualis B1)

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788587685131

Título da produção:violência doméstica contra a criança: uma epidemia ainda silenciosa

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

São Luís: SESC, 2010. v. 1. 88 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788587685148

Título da produção:Humanização e transdisciplinaridade: marcos da competência profissional no século XXI

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

São Luís: SESC/UNICEF, 2010. vol. I. 106 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:8585048387

Título da produção:Cotidiano médico: verso e reverso da relação médico-paciente

Ano da publicação:2002

Destaque:Sim

Complemento da citação:

São Luís: EDUFMA, 2002. vol. 1. 119 p.

MONICA TERESA COSTA SOUSA

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:1519-8464

Título da produção:A ascensão do direito ao desenvolvimento na ordem jurídica internacional através das propostas das Nações Unidas.

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

Pensar (UNIFOR), v. 13, p. 243-255, 2008.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788536233390

Titulo da produção:Direito e desenvolvimento: uma abordagem a partir das perspectivas de liberdade e capacitação.

Ano da publicação:2011

Destaque:Não

Complemento da citação:

Curitiba: Juruá, 2011. v. 1. 296 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788574297675

Titulo da produção:Cidadania: novos temas, velhos desafios.

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

SOUSA, M. T. C. (Org.) ; LOUREIRO, P. (Org.)

1º ed. Ijuí: Unijuí, 2009. v. 1. 248 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788536214887

Titulo da produção:Direito internacional humanitário

Ano da publicação:2002

Destaque:Sim

Complemento da citação:

1º. ed. Curitiba: Juruá, 2002. 170 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:850204771X

Titulo da produção:Comercio internacional e desenvolvimento: uma perspectiva brasileira

Ano da publicação:2004

Destaque:Sim

Complemento da citação:

SOUSA, M. T. C. (Org.) ; SENA JÚNIOR, Roberto Di (Org.)

São Paulo: Editora Saraiva, 2004. v. 1. 216 p.

CASSIUS GUIMARAES CHAI

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:15180360

Titulo da produção:Os Poderes da República: produção normativa - legitimidade e validade. Outra perspectiva para a teoria de Montesquieu - a co

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

Âmbito Jurídico, v. 58, p. 01-12, 2008.

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:1517509x

Titulo da produção:O princípio da protetividade integral sob o mando de inconstitucionalidade

Ano da publicação:2001

Destaque:Sim

Complemento da citação:

DIKÉ. Revista Jurídica de Direito da UESC, Santa Cruz, v. 3, p. 205-225, 2001.

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:16771060

Titulo da produção:Garantismo positivo: minimalismo penal no caso koriander

Ano da publicação:1999

Destaque:Sim

Complemento da citação:

Revista Juris Itinera, São Luís, v. 06, 1999.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:8576040492

Titulo da produção:Descumprimento de preceito fundamental: identidade constitucional e vetos à democracia

Ano da publicação:2004

Destaque:Sim

Complemento da citação:

BH: Mandamentos, 2004. v. 1.

Tipo de produção:Técnico Científica - Outros

Titulo da produção:PPC - Projeto Pedagógico do Curso de Direito - Faculdade FAMA de Imperatriz. 2008.

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

PCC - PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

MONICA DA SILVA CRUZ

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:21769125

Título da produção:São Luís do Maranhão: a Jamaica brasileira e outros discursos.

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

Reclat-Revista virtual, p. 71-85, 2010

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:16792203

Título da produção:Festa popular, mídia e identidade.

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

Itinerários Revista Científica de Turismo, v. 3, p. 17-32, 2008

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788590813514

Título da produção:Na toada do bumba-meu-boi: o que falam essas vozes?

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

São Luís: CENTROGRAF, 2008

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788590813507

Título da produção:O discurso pela f(r)esta: espaço e produção de identidades.

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

São Luís: CENTROGRAF, 2008, v. 1, 174 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro

ISSN:9788588638464

Título da produção:Pelas de cidade: espaço, memória e produção de subjetividades.

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

In: Santos, Janaína de Jesus. Análise do discurso: sujeitos, lugares e olhares. 1. ed. São Carlos: Claraluz, 2009, v. 01, p. 05-115

Tipo de produção:Técnico Científica - Outros

Título da produção:Elaboração do projeto pedagógico do Curso à distância da UFMA

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

Elaboração de proposta de curso de educação à distância como integrante de comissão, da qual também são componentes CUTRIM, I. e CABRAL, L. R.;

Tipo de produção:Técnico Científica - Outros

Título da produção:Parecer sobre o Curso de segunda licenciatura em Língua Portuguesa da UFMA

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

Parecer elaborado para a Universidade Federal do Maranhão, apresentado ao Departamento de Letras, Centro de Ciências Humanas da UFMA

Tipo de produção:Técnico Científica - Outros

Título da produção:Atualização do projeto pedagógico do curso de letras

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

Trabalho técnico requisitado pela Universidade Federal do Maranhão, vinculado ao Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas

Tipo de produção:Técnico Científica - Outros

Título da produção:Elaboração da prova de língua portuguesa vestibular

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

Trabalho técnico de elaboração de prova de vestibular.

PAULO FERNANDES KELLER

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:9788578620653

Título da produção:Globalização e mudanças na cadeia têxtil brasileira

Ano da publicação:2010

Destaque:Sim

Complemento da citação:

São Luís: EDUFMA, 2010. 260 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Livro

ISSN:8586400017

Título da produção:Fábrica & vila operária: a cotidiana dos operários têxteis em Paracambi-RJ

Ano da publicação:1997

Destaque:Sim

Complemento da citação:

1.ed. Eng de Frontin-RJ: Sólton Ribeiro, 1997. v.1. 116 p.

Tipo de produção:Bibliográfica - Capítulo de livro

ISSN:9788570258946

Título da produção:Verbete cadeia de valor

Ano da publicação:2006

Destaque:Sim

Complemento da citação:

In: CATTANI, A. D. & HOLZMANN, Lorena. DICIONÁRIO DE TRABALHO E TECNOLOGIA. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. v.1. p. 53-56.

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:1982615x

Título da produção:O estilista e a indústria da moda

Ano da publicação:2010

Destaque:Não

Complemento da citação:

Modapalavra E-periódico. Ano 3, p. 19-36.

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:18073492

Título da produção:Redes de empresas na indústria do vestuário: O caso do consórcio de exportação Flor Brasil

Ano da publicação:2009

Destaque:Sim

Complemento da citação:

Caderno Pós Ciências Sociais (UFMA) (cessou em 2005. Cont. 19834527. n. 11, p. 97-111, 2009

Tipo de produção:Bibliográfica - Artigo completo em periódico

ISSN:16788982

Título da produção:Cluster, distritos industriais e cooperação interfirmas

Ano da publicação:2008

Destaque:Não

Complemento da citação:

Revista E & G - Gestão - ICEG - PUC Minas. v. 08, p. 30-47, 2008

Tipo de produção:Técnico Científica - Outros

Título da produção:Parecer técnico-científico de Artigo para Revista Sociedade e Cultura da UFG

Ano da publicação:2011

Destaque:Não

Complemento da citação:

Parecer técnico-científico

Tipo de produção:Técnico Científica - Outros

Título da produção:Parecer técnico-científico de Artigo para Revista Pós-Ciências Sociais

Ano da publicação:2011

Destaque:Não

Complemento da citação:

Parecer técnico-científico. UFMA.

Tipo de produção:Técnico Científica - Outros

Título da produção:Parecerista da FAPEMA

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão

Tipo de produção:Técnico Científica - Outros

Título da produção:Comissão de avaliação de concurso público na área de Ciências Sociais

Ano da publicação:2009

Destaque:Não

Complemento da citação:

Departamento de Ciências Sociais. Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão

Tipo de produção:Técnico Científica - Outros
Título da produção:Participação em comissão científica do IX Encontro Humanístico
Ano da publicação:2009
Destaque:Não
Complemento da citação:
Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão

Tipo de produção:Técnico Científica - Outros
Título da produção:Consultor Ad Hoc FAPEMA
Ano da publicação:2009
Destaque:Não
Complemento da citação:
Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão

Projetos de Pesquisa

Nome do projeto:A tutela constitucional dos direitos fundamentais em sede de controle de constitucionalidade

Linha de pesquisa:Direito e instituições do sistema de justiça

Ano Início:2011

Descrição do Projeto:

O presente projeto de pesquisa tem como título “A Tutela Constitucional dos Direitos Fundamentais em sede de Controle de Constitucionalidade”.

O trabalho tem como objeto a análise os mecanismos de controle de constitucionalidade em matéria de direitos fundamentais, tendo como base o exame do preenchimento da textura normativa dos direitos fundamentais.

Trata-se de um trabalho empreendido, tal qual fez Robert Alexy em sua Teoria dos Direitos Fundamentais, em três dimensões: analítica, empírica e normativa. Na seara peculiar de tais direitos é prescindível a análise puramente conceitual.

Direitos fundamentais, elementos do núcleo rígido das constituições, fornecem rico acervo para o debate acadêmico, contudo, é sob o prisma do discurso dos tribunais, em especial do Supremo Tribunal Federal, que se pode aferir o nível de eficácia que estes direitos adquirem.

Já resta superada a concepção de que a simples positivação é por si só um fator apto a modificar sensivelmente a sociedade. O direito não raro encontra limitações que vão desde as interpretações conferidas às disposições normativas pelos tribunais até a relação dos outros Poderes do Estado na obediência de suas competências.

A negativa fornecida pelos órgãos estatais de empreenderem ações aptas a concretização dos direitos fundamentais é inaceitável. Mas também a incorreta aplicação é, do ponto de vista do Estado Constitucional, repreensível.

Discursos políticos são hábeis para moldar o conteúdo dos direitos fundamentais em Estados em que a jurisdição constitucional é deficientemente realizada. Uma correta abordagem acerca de seu conteúdo, a fixação de exigências mínimas componentes de um arcabouço de precedentes em relação ao qual o Estado-administrador e o Estado-legislador não pode se esquivar é um objetivo razoável de ser perseguido.

Tendo por base esta preocupação, a produção científica do direito tem destacada importância, partindo dos conceitos puros desenvolvidos em nossa ciência, comparando-os com a práxis jurisprudencial e municiando os aplicadores do direito de novas possibilidades para o constante e necessário aprimoramento da estrutura jurídica.

Docente:

JOSE CLAUDIO PAVAO SANTANA

WELITON SOUSA CARVALHO

NEY DE BARROS BELLO FILHO

CLAUDIA MARIA DA COSTA GONCALVES

PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS

MARCIA HAYDEE PORTO DE CARVALHO

ARTENIRA DA SILVA E SILVA

MONICA TERESA COSTA SOUSA

MONICA DA SILVA CRUZ

Nome do projeto:A ação civil pública como instrumento utilizado pelo Ministério Público do Estado do Maranhão na proteção dos direitos fundame

Linha de pesquisa:Direito e instituições do sistema de justiça

Ano Início:2011

Descrição do Projeto:

A atual Constituição da República Federativa do Brasil, ao tratar das funções essenciais à justiça (Título IV, Capítulo IV), estabelece, em seu art.127, que “O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.”

No art. 129 da Lei Fundamental Brasileira, encontram-se as funções institucionais do Ministério Público. Cabe-nos, para efeito de satisfação da proposta desta pesquisa, analisar apenas uma delas, qual seja: promover a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

Desnecessário dizer que as ações do Ministério Público, quando realizadas de modo organizado e em parceria com o Poder Público são importantes mecanismos para assegurar os direitos do idoso. Reprimir a violência contra eles, por si só, não resolve a situação de exclusão e preconceito à qual estão submetidos, é preciso proporcionar condições para que possam se integrar e participar efetivamente do convívio social, mantendo sua autonomia e sua dignidade.

A principal tarefa do Ministério Público do Estado do Maranhão deve ser a de possibilitar, através de ações de natureza penal ou civil, o respeito aos direitos fundamentais das pessoas idosas, seja buscando a condenação daqueles que praticaram qualquer tipo de violência ou desrespeito contra os idosos, seja fiscalizando a atuação do Poder Executivo no implemento das correspondentes políticas públicas, voltadas a esse segmento social.

Nesse passo, torna-se interessante promover a análise das seguintes questões:

A) O Ministério Público do Estado do Maranhão vem desempenhando adequadamente a sua função no que tange ao ajuizamento de ações civis públicas, para a proteção dos interesses dos idosos?

B) A utilização da Ação Civil Pública pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, na defesa dos direitos da pessoa idosa, tem contribuído para a efetivação dos direitos fundamentais deste grupo de pessoas que residem no estado do Maranhão?

Docente:

CLAUDIO ALBERTO GABRIEL GUIMARAES
PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS
MARCIA HAYDEE PORTO DE CARVALHO
CASSIUS GUIMARAES CHAI
PAULO FERNANDES KELLER

Nome do projeto:O controle de constitucionalidade no Estado do Maranhão

Linha de pesquisa:Direito e instituições do sistema de justiça

Ano Início:2011

Descrição do Projeto:

Atualmente a Constituição Federal brasileira abriga duas modalidades de controle de constitucionalidade das leis e atos normativos: difusa e concentrada. Por conta desse fato, o sistema de controle de constitucionalidade vigente no Brasil é misto.

Essas modalidades de controle podem ser efetuadas pelo Supremo Tribunal Federal para a verificação da compatibilidade das leis e atos normativos federais e estaduais em face da Constituição Federal e pelos Tribunais de Justiça dos Estados para a verificação da compatibilidade de leis e atos normativos municipais e estaduais em face da Constituição Estadual, que, como se sabe, deve obedecer aos princípios basilares enumerados na Constituição Federal.

Muito embora inúmeros constitucionalistas considerem o sistema de controle de constitucionalidade brasileiro um dos mais amplos do mundo, é preciso refletir sobre a viabilidade dessa organização, especialmente porque, mesmo apresentando mecanismos de defesa característicos das duas modalidades de controle, tanto a Lei Fundamental Nacional como as Lei Básicas Estaduais continuam sendo diariamente violadas, o que leva ao questionamento sobre a real eficácia da sistemática de defesa constitucional adotada no país.

A coexistência de métodos diferentes de controle de constitucionalidade das leis (difuso e concentrado) efetuado pelo Supremo Tribunal Federal e pelos Tribunais de Justiça de todos os estados da Federação não tem viabilizado a adequada proteção dos documentos constitucionais (federal e estaduais).

Importante destacar que dentro da sistemática atualmente em vigor, o controle de constitucionalidade no âmbito dos estados, realizado pelos Tribunais de Justiça, tem sido relegado a plano de inferioridade em virtude de uma compreensão equivocada acerca do real sentido de Federação, que repousa no respeito às unidades autônomas que compõem o Estado Nacional, e de uma série de mudanças no sistema de controle de constitucionalidade decorrente da Emenda Constitucional nº 45/04, que privilegiou sobremaneira o controle no âmbito federal, criando novos institutos, como, por exemplo, a súmula vinculante e o instituto da repercussão geral para recebimento do recurso extraordinário, o que diminuiu ainda mais o papel dos Tribunais de Justiça no exercício do sistema de controle de constitucionalidade, tanto mais porque as constituições estaduais em pontos excessivos reproduzem normas da Constituição Federal.

Diante dessa situação, formulam-se os seguintes problemas: O adequado exercício do controle de constitucionalidade das leis e atos normativos municipais e estaduais em face da Constituição Estadual contribuiria para o fortalecimento do real conceito de federação no Brasil? O Tribunal de Justiça do Maranhão vem desempenhando adequadamente a sua função de efetuar o controle de constitucionalidade de leis e atos normativos estaduais e municipais em face da Constituição Estadual, mesmo diante da Emenda Constitucional nº 45/04?

Docente:

FERNANDO JOSE CUNHA BELFORT
JOSE CLAUDIO PAVAO SANTANA
ELIUD JOSE PINTO DA COSTA
ROBERTO CARVALHO VELOSO
WELITON SOUSA CARVALHO
NEY DE BARROS BELLO FILHO
CLAUDIA MARIA DA COSTA GONCALVES
PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS

Nome do projeto:Direito e desenvolvimento

Linha de pesquisa:Direito e instituições do sistema de justiça

Ano Início:2011

Descrição do Projeto:

Os modelos de desenvolvimento baseados apenas na acumulação de renda e riqueza foram arquétipos dominantes por muitas décadas e desta forma responsáveis pelas instituições, políticas públicas, ideologias e interesses que direcionavam as ações e teorias sempre para o mesmo padrão. Sobram críticas quanto à efetividade do modelo de desenvolvimento a partir da vinculação com os direitos humanos, por exemplo. Mas perpetuar projetos de desenvolvimento sabidamente fracassados é incorrer em erro de avaliação e conseqüentemente de execução. Portanto, é preciso inovar na percepção do desenvolvimento, não como projeto assistencialista, mas como possibilidade de emancipação. Daí a necessidade de se pesquisar primeiramente, que tipo de desenvolvimento se tem e que tipo de desenvolvimento se espera. Para tanto, é fundamental uma análise teórica acerca do próprio conceito de desenvolvimento e de sua evolução, para, a partir de então, trabalhar-se com temas mais específicos e que digam respeito à promoção do desenvolvimento tomado não apenas como crescimento econômico, mas fundamentalmente como desenvolvimento humano.

Considerando que o Direito tem papel fundamental na manutenção e confiabilidade das instituições do sistema de justiça, é importante que as iniciativas locais de promoção do desenvolvimento estejam vinculadas também à análise do que se convencionou entender por desenvolvimento. A promoção do mesmo é uma obrigação indiscutível, já a eficácia depende de como os programas de implementação são conduzidos pelos governos a partir do comando sobre seus recursos físicos, financeiros e institucionais.

Neste sentido torna-se importante analisar o alcance do conceito de desenvolvimento, bem como investigar o conteúdo jurídico deste direito, culminando com a análise de iniciativas internacionais de promoção do desenvolvimento e a atuação das instituições do sistema de justiça no trato desta questão.

Docente:
FERNANDO JOSE CUNHA BELFORT
ELIUD JOSE PINTO DA COSTA
CLAUDIA MARIA DA COSTA GONCALVES
ARTENIRA DA SILVA E SILVA
MONICA TERESA COSTA SOUSA
PAULO FERNANDES KELLER

Docente Disciplinas [Permanente]

FERNANDO JOSE CUNHA BELFORT

Nível	Disciplina
Mestrado	Questões sensíveis ao sistema de justiça trabalhista

JOSE CLAUDIO PAVAO SANTANA

Nível	Disciplina
Mestrado	Advocacia como instituição do sistema de justiça

ELIUD JOSE PINTO DA COSTA

Nível	Disciplina
Mestrado	Controle administrativo e judicial das relações tributárias

ROBERTO CARVALHO VELOSO

Nível	Disciplina
Mestrado	Democracia e instituições do sistema de justiça eleitoral

CLAUDIO ALBERTO GABRIEL GUIMARAES

Nível	Disciplina
Mestrado	Instituições do sistema de justiça e ordem social

NEY DE BARROS BELLO FILHO

Nível	Disciplina
Mestrado	Interpretação e sistemas judiciário e político

PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS

Nível	Disciplina
Mestrado	História das instituições do sistema de justiça

MARCIA HAYDEE PORTO DE CARVALHO

Nível	Disciplina
Mestrado	Hermenêutica e jurisdição constitucional

ARTENIRA DA SILVA E SILVA

Nível	Disciplina
-------	------------

Mestrado	Psicologia aplicada ao direito e à justiça
----------	--

MONICA TERESA COSTA SOUSA

Nível	Disciplina
Mestrado	Sistemas de justiça e desenvolvimento

CASSIUS GUIMARAES CHAI

Nível	Disciplina
Mestrado	Teoria do direito político

MONICA DA SILVA CRUZ

Nível	Disciplina
Mestrado	Linguagem, discurso e instituições do sistema de justiça

PAULO FERNANDES KELLER

Nível	Disciplina
Mestrado	Metodologia das ciências sociais

Docente Disciplinas [Colaborador]

WELITON SOUSA CARVALHO

Nível	Disciplina
Mestrado	Poder Judiciário Estadual

CLAUDIA MARIA DA COSTA GONCALVES

Nível	Disciplina
Mestrado	Sistemas de justiça internacional e direitos humanos

Docente Vínculo Titulação [Permanente]

Vínculo Institucional					Titulação Nivel: Doutorado				Experiência Internacional de Formação							Pesq	
IES	Corpo Docente	Cargo/Nv.	Depto	Início	IES	País	Ano	Orientador	Sim/Não	Doutorado Sanduiche			Pós-Doutorado			CNPQ	
										Instituição	Ano Fim	Orientador Externo	Instituição	Ano Início	Ano Fim		Nível
UFMA	ARTENIRA DA SILVA E SILVA	Adjunto	Psicologia	1994	Universidade Federal da Bahia	BRASIL	2005	Raimundo Antônio da Silva e Jamilson Paim	Não								
UFMA	CASSIUS GUIMARAES CHAI	Adjunto	Direito	2009	Universidade Federal de Minas Gerais	BRASIL	2006	Menelick de Carvalho Netto	Sim	Cardozo School of Law	2003	T. Fine e M. Rosenfeld	Central European University	2007	2007		
UFMA	CLAUDIO ALBERTO GABRIEL GUIMARAES	Adjunto I	Direito	2008	Universidade Federal de Santa Catarina	BRASIL	2006	Vera Regina Pereira de Andrade	Não								
UFMA	ELIUD JOSE PINTO DA COSTA	Adjunto	Direito	1992	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	BRASIL	2007	Roque Antônio Carrazza	Não								
UFMA	FERNANDO JOSE CUNHA BELFORT	Adjunto	Direito	1976	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	BRASIL	2008	Paulo Sérgio João	Não								
UFMA	JOSE CLAUDIO PAVAO SANTANA	Adjunto	Direito	1986	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	BRASIL	2006	André Ramos Tavares	Não								

UFMA	MARCIA HAYDEE PORTO DE CARVALHO	Adjunto	Direito	2010	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	BRASIL	2005	Marcelo Figueiredo	Não									
UFMA	MONICA DA SILVA CRUZ	Adjunto	Letras	2008	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	BRASIL	2005	Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin	Não									
UFMA	MONICA TERESA COSTA SOUSA	Adjunto	Direito	2009	Universidade Federal de Santa Catarina	BRASIL	2007	Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira	Sim	Universidade de Coimbra	2007	José Manuel Pureza						
UFMA	NEY DE BARROS BELLO FILHO	Adjunto	Direito	1994	Universidade Federal de Santa Catarina	BRASIL	2006	Rogério Silva Portanova	Sim	Universidade de Coimbra	2006	José Joaquim Gomes Canotilho	PUC/RS	2009	2010			
UFMA	PAULO FERNANDES KELLER	Adjunto	Ciências Sociais	2008	Universidade Federal do Rio de Janeiro	BRASIL	2004	José Ricardo Pereira Ramalho	Não				UNB	2005	2006			
UFMA	PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS	Associado	Direito	1997	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	BRASIL	2001	Celso Seixas Ribeiro Bastos	Não				Universidade de Granada	2010	2011			
UFMA	ROBERTO CARVALHO VELOSO	Adjunto	Direito	1997	Universidade Federal de Pernambuco	BRASIL	2008	Ricardo de Brito Albuquerque Pontes Freitas	Não									

Docente Vínculo Titulação [Colaborador]

Vínculo Institucional				Titulação Nivel: Doutorado				Experiência Internacional de Formação							Pesq			
IES	Corpo Docente	Cargo/Nv.	Depto	Início	IES	País	Ano	Orientador	Sim/Não	Doutorado Sanduiche			Pós-Doutorado			CNPQ		
										Instituição	Ano Fim	Orientador Externo	Instituição	Ano Início	Ano Fim		Nível	
UFMA	CLAUDIA MARIA DA COSTA GONCALVES	Adjunto	Direito	1992	Universidade Federal do Maranhão	BRASIL	2005	Maria Ozanira da Silva e Silva	Não				Universidade de Lisboa	2008	2008			
UFMA	WELTON SOUSA CARVALHO	Adjunto	Direito	2009	Universidade Federal de Pernambuco	BRASIL	2004	Raimundo Juliano	Não									

Docente - Orientação e Produção [Permanente]

ARTENIRA DA SILVA E SILVA

Carga Horária		Dedicação	Orientações Concluídas						Produção Completa do Pesquisador										Participação em Projetos de Pesquisa em andamento
Na IES	No Programa	Exclusiva (S/N)	Graduação		Pós-Graduação				Livros	Capítulos de Livros	Artigos em periódicos	Trabalhos completos em anais	Apresentação de obra artística	Composição musical	Obra de artes visuais	Patentes	Softwares	Protótipos	
IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*														
40	20	Não		1															

CASSIUS GUIMARAES CHAI

Carga Horária		Dedicação	Orientações Concluídas						Produção Completa do Pesquisador										Participação em Projetos de Pesquisa em andamento
Na IES	No Programa	Exclusiva (S/N)	Graduação		Pós-Graduação				Livros	Capítulos de Livros	Artigos em periódicos	Trabalhos completos em anais	Apresentação de obra artística	Composição musical	Obra de artes visuais	Patentes	Softwares	Protótipos	
IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*														
40	20	Sim	2	25															

CLAUDIO ALBERTO GABRIEL GUIMARAES

Carga Horária		Dedicação	Orientações Concluídas						Produção Completa do Pesquisador										Participação em Projetos de Pesquisa em andamento
Na IES	No Programa	Exclusiva (S/N)	Graduação		Pós-Graduação				Livros	Capítulos de Livros	Artigos em periódicos	Trabalhos completos em anais	Apresentação de obra artística	Composição musical	Obra de artes visuais	Patentes	Softwares	Protótipos	
IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*														
40	20	Sim	5	6	15														

ELIUD JOSE PINTO DA COSTA

Carga Horária		Dedicação	Orientações Concluídas						Produção Completa do Pesquisador										Participação em Projetos de Pesquisa em andamento
Na IES	No Programa	Exclusiva (S/N)	Graduação		Pós-Graduação				Livros	Capítulos de Livros	Artigos em periódicos	Trabalhos completos em anais	Apresentação de obra artística	Composição musical	Obra de artes visuais	Patentes	Softwares	Protótipos	
IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*														
40	20	Sim		27	1														

FERNANDO JOSE CUNHA BELFORT

Carga Horária		Dedicação	Orientações Concluídas						Produção Completa do Pesquisador										Participação em Projetos de Pesquisa em andamento
Na IES	No Programa	Exclusiva (S/N)	Graduação		Pós-Graduação				Livros	Capítulos de Livros	Artigos em periódicos	Trabalhos completos em anais	Apresentação de obra artística	Composição musical	Obra de artes visuais	Patentes	Softwares	Protótipos	
IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*														
40	20	Sim	2	25	6														

JOSE CLAUDIO PAVAO SANTANA

Carga Horária		Dedicação	Orientações Concluídas						Produção Completa do Pesquisador										Participação em Projetos de Pesquisa em andamento
Na IES	No Programa	Exclusiva (S/N)	Graduação		Pós-Graduação				Livros	Capítulos de Livros	Artigos em periódicos	Trabalhos completos em anais	Apresentação de obra artística	Composição musical	Obra de artes visuais	Patentes	Softwares	Protótipos	
IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*														
40	20	Sim			1														

MARCIA HAYDEE PORTO DE CARVALHO

Carga Horária		Dedicação	Orientações Concluídas							Produção Completa do Pesquisador								Participação em Projetos de Pesquisa em andamento	
Na IES	No Programa	Exclusiva (S/N)	Graduação		Pós-Graduação				Livros	Capítulos de Livros	Artigos em periódicos	Trabalhos completos em anais	Apresentação de obra artística	Composição musical	Obra de artes visuais	Patentes	Softwares		Protótipos
			IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*											
20	10	Sim		2		1													

MONICA DA SILVA CRUZ

Carga Horária		Dedicação	Orientações Concluídas							Produção Completa do Pesquisador								Participação em Projetos de Pesquisa em andamento	
Na IES	No Programa	Exclusiva (S/N)	Graduação		Pós-Graduação				Livros	Capítulos de Livros	Artigos em periódicos	Trabalhos completos em anais	Apresentação de obra artística	Composição musical	Obra de artes visuais	Patentes	Softwares		Protótipos
			IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*											
40	20	Sim	2	25	6														

MONICA TERESA COSTA SOUSA

Carga Horária		Dedicação	Orientações Concluídas							Produção Completa do Pesquisador								Participação em Projetos de Pesquisa em andamento	
Na IES	No Programa	Exclusiva (S/N)	Graduação		Pós-Graduação				Livros	Capítulos de Livros	Artigos em periódicos	Trabalhos completos em anais	Apresentação de obra artística	Composição musical	Obra de artes visuais	Patentes	Softwares		Protótipos
			IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*											
40	20	Não	4	15	1														

NEY DE BARROS BELLO FILHO

Carga Horária		Dedicação	Orientações Concluídas							Produção Completa do Pesquisador								Participação em Projetos de Pesquisa em andamento	
Na IES	No Programa	Exclusiva (S/N)	Graduação		Pós-Graduação				Livros	Capítulos de Livros	Artigos em periódicos	Trabalhos completos em anais	Apresentação de obra artística	Composição musical	Obra de artes visuais	Patentes	Softwares		Protótipos
			IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*											
40	20	Não	3																

PAULO FERNANDES KELLER

Carga Horária		Dedicação	Orientações Concluídas							Produção Completa do Pesquisador								Participação em Projetos de Pesquisa em andamento	
Na IES	No Programa	Exclusiva (S/N)	Graduação		Pós-Graduação				Livros	Capítulos de Livros	Artigos em periódicos	Trabalhos completos em anais	Apresentação de obra artística	Composição musical	Obra de artes visuais	Patentes	Softwares		Protótipos
			IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*											
40	20	Sim	1	1															

PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS

Carga Horária		Dedicação	Orientações Concluídas							Produção Completa do Pesquisador								Participação em Projetos de Pesquisa em andamento	
Na IES	No Programa	Exclusiva (S/N)	Graduação		Pós-Graduação				Livros	Capítulos de Livros	Artigos em periódicos	Trabalhos completos em anais	Apresentação de obra artística	Composição musical	Obra de artes visuais	Patentes	Softwares		Protótipos
			IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*											
40	40	Não	11	12	5			6											

ROBERTO CARVALHO VELOSO

Carga Horária		Dedicação	Orientações Concluídas							Produção Completa do Pesquisador								Participação em Projetos de Pesquisa em andamento	
Na IES	No Programa	Exclusiva (S/N)	Graduação		Pós-Graduação				Livros	Capítulos de Livros	Artigos em periódicos	Trabalhos completos em anais	Apresentação de obra artística	Composição musical	Obra de artes visuais	Patentes	Softwares		Protótipos
			IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*											
40	20	Sim	12		12														

Docente - Orientação e Produção [Colaborador]

CLAUDIA MARIA DA COSTA GONCALVES

Carga Horária		Dedicação	Orientações Concluídas							Produção Completa do Pesquisador								Participação em Projetos de Pesquisa em andamento	
Na IES	No Programa	Exclusiva (S/N)	Graduação		Pós-Graduação				Livros	Capítulos de Livros	Artigos em periódicos	Trabalhos completos em anais	Apresentação de obra artística	Composição musical	Obra de artes visuais	Patentes	Softwares		Protótipos
			IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*											
20	10	Não	2	25	6														

WELITON SOUSA CARVALHO

Carga Horária		Dedicação	Orientações Concluídas							Produção Completa do Pesquisador								Participação em Projetos de Pesquisa em andamento	
Na IES	No Programa	Exclusiva (S/N)	Graduação		Pós-Graduação				Livros	Capítulos de Livros	Artigos em periódicos	Trabalhos completos em anais	Apresentação de obra artística	Composição musical	Obra de artes visuais	Patentes	Softwares		Protótipos
			IC*	TCC*	ESP*	MP*	ME*	DO*											
40	20	Não		4															

Informações Complementares

Observações:

Críticas e Sugestões:

Documentos

Documento	Obrigatório	Enviado	Arquivo	Data
Outro documento	Não	Enviado	994_declaracoes de apoio reitor ...	26/07/2011 às 17:28:22
Regimento da IES	Não			
Regimento/Regulamento do curso	Sim	Enviado	204_regimento interno.pdf	26/07/2011 às 19:36:58
Autorização/IES de criação do Curso	Sim	Enviado	206_resolucao direito.pdf	26/07/2011 às 17:30:03